
002ª SESSÃO ORDINÁRIA 06FEV2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje; eu queria, neste Grande Expediente que inicia os nossos trabalhos, mais precisamente, com a minha intervenção, falar um pouco sobre a cidade de Porto Alegre. Por isso vou me utilizar de um instrumento que nós pesquisamos e que creio ser de extrema importância para os cidadãos e cidadãs que estão nos acompanhando, e que, com certeza, darão apoio a essa iniciativa. Senhoras e senhores, observamos durante vários meses uma série de disputas de versões entre os gestores da nossa Cidade, algo lamentável e que em nada contribui para melhorar a qualidade de vida da nossa população: números de quem sai, números de quem entra, projeções de caos e muita briga entre antigos e atuais aliados. É preciso lembrar que, nos últimos 12 anos, o comando da Administração Municipal é praticamente parte da que está assumindo agora em 2017. Portanto, essa é uma briga desnecessária. Se há déficit, todos são responsáveis. Não há motivo para distorção de números, seja de quem for. O ideal era que auditores independentes realizassem uma auditoria nas contas públicas, para se saber o que tem de real na tão divulgada crise pelo atual Prefeito. É preciso dizer que, enquanto esse embate persiste, enquanto essa briga é o foco da nova Administração, serviços têm sido deixados para trás. Os problemas estão se tornando ainda piores. Vejam a falta da limpeza urbana: caminhem, por exemplo, na Redenção e vejam o abandono. Passem pela Praça da Matriz e vejam a falta não só de capina, mas de cuidado com ela. Circulem pela Praça Darcy Azambuja, na Intercap; andem pelo bairro Cel. Aparício Borges, onde há esgoto a céu

aberto. A verdade é que, nesses primeiros 30 dias, a gestão do Prefeito Marchezan deixa muito a desejar, e tudo isso não se deve a nenhuma crise financeira, e sim à falta de foco dos atuais gestores nos problemas da nossa Cidade, problemas que talvez eles não encontrem no Parque Moinhos de Vento, mas que estão presentes nas comunidades que mais precisam do Poder Público.

Além disso, nobres colegas, é preciso lembrar os compromissos de campanha da atual gestão. Durante o último pleito, o então candidato Machezan Júnior afirmou que havia duas mil obras do Orçamento Participativo atrasadas. Falou em compromisso com a área da saúde, com o déficit do saneamento básico na construção de espaços públicos, inclusive usando a palavra “vibrantes”, termo utilizado em seu programa de governo em alusão às obras da Copa que estão muito atrasada. Achamos isso tudo muito importante, mas é preciso sair do discurso e ir para a prática.

Sobre as duas mil obras atrasadas do OP, o atual Prefeito falou na campanha que é necessário termos a totalidade dessas informações. Concordamos. Isso não consta no portal da Prefeitura, na Internet ou em documento da Administração. É necessário termos informações completas: a sua localização, os seus valores, o prazo para execução, quais serão executadas primeiro, se há ou não o planejamento da sua execução e como a atual Administração Municipal fará a seleção e o resgate destas obras. As palavras não podem ficar no vácuo. Agora é hora de pensarmos em respostas para quem foi às assembleias, participou ativamente do Orçamento Participativo e quer resultados, independente da gestão que está na Prefeitura. É preciso ultrapassar o conceito de que, em cada Governo, isso é deixado para trás. O OP deve ser uma política participativa de Estado que ultrapasse as gestões que se apresentam. As comunidades estão inseguras quanto à realização das obras definidas e aprovadas no OP. É assim no Partenon, na Lomba do Pinheiro, na Restinga, na Zona Norte, na entrada da Cidade, no Centro da Cidade. Eu falo no Partenon, porque queremos saber qual a posição da Prefeitura com relação à construção da UPA, a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas. Quando será efetivada? Qual o esforço que fará o novo Governo para recuperar os últimos três anos, depois que foi cedido o terreno para tal obra? A continuidade e a duplicação da Av. Voluntários da Pátria, por exemplo, como ficará? Qual o diagnóstico sobre essa obra? Por que está parada? E a Escola Jardim Leopoldina II, cujo dinheiro veio para a Prefeitura durante o Governo Dilma, e a obra ainda não foi concluída? A Escola de Educação Infantil no Lami,

pág. 2

cuja obra também está inconclusa; a obra da Av. Ceará e do viaduto Leonel Brizola; a trincheira da Plínio Brasil Milano, na Av. Carlos Gomes; as obras da Av. Cristóvão Colombo. E os corredores de BRTs, em que foram gastos mais de R\$ 330 milhões e ainda não estão prontos?

Senhores e senhoras, essas são obras que não podem e não devem parar na Cidade. Algumas foram prometidas ainda na Copa e, até hoje, não estão concluídas. Vejam o exemplo da Av. Moab Caldas e da Av. Gastão H. Mazon, ali entre a Cruzeiro e a Medianeira: sete anos! Lá, quando chove, as crateras formam pequenos rios que invadem as casas. As crianças brincam ali, correndo sérios riscos de saúde, e o lixo acumulado põe em risco toda a comunidade. Há quanto tempo era para estar concluída? Qual o seu calendário? A recuperação da Ponte de Pedra, aqui no Centro Histórico, onde, há pelo menos dois anos, os moradores precisam conviver com aquele verdadeiro lamaçal, com o descaso; a humanização do Viaduto Otávio Rocha. A obra da Orla como está e qual o seu calendário de execução?

Senhoras e senhores, poderíamos citar tantas outras obras. Logo em seguida, farei a minha proposição e direi por que estou falando dessas obras.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, quero me somar à demanda da Tronco. Ainda hoje de manhã, fiz a mesma demanda ao novo Secretário de serviços públicos, para que o DEP vá lá, junto com o DMLU, porque com a chuvarada, a obra não concluída trouxe um transtorno incomensurável para a comunidade. Muito obrigado.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Muito obrigado, Adeli. Então, pessoal, é por isso que anuncio desta tribuna, nesta tarde, que, na data de hoje, estaremos protocolando um requerimento para a criação de uma comissão especial sobre a situação das obras da nossa Cidade, da nossa Porto Alegre, buscando inventariar e fiscalizar sua execução até que sejam concluídas. Tenho certeza de que, aprovada essa comissão, teremos muito trabalho, mas também teremos uma satisfação por saber que esta Casa estará contribuindo efetivamente para que os cidadãos e cidadãs percebam que os Vereadores também estão preocupados com o caos no trânsito da Cidade, que, muitas vezes, é por causa dessas obras abandonadas.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Oliboni, o parabenizo pela intervenção muito lúcida e lembro mais uma vez que, nessas obras todas, como V. Exa. bem disse no início, o problema não é falta de recursos. Um bilhão de reais é o tamanho do investimento do Governo Federal – Presidenta Dilma –, em Porto Alegre, no conjunto das obras. A Prefeitura colocou em curso todas ao mesmo tempo, de maneira temerária, infelizmente, por projetos malfeitos, simplificados, o que deu tanto problema. Mais do que isso: além desse um bilhão, a contrapartida toda, Ver. Oliboni, também está financiada pela Caixa Federal. Portanto, não é um problema de recurso, é de incompetência de gestão. Eu concordo com V. Exa. que tem haver continuidade, porque grande parte do Governo anterior continua na gestão.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Muito obrigado, Ver.^a Sofia. Pessoal, eu tenho duas fotos feitas, hoje pela manhã, da Av. Ceará e da Av. Cristóvão Colombo. É só para mostrar para os senhores e para a população que está acompanhando o abandono dessas obras, estão praticamente paralisadas. Não é por acaso que esse assunto foi muito debatido, muito apresentado na campanha, inclusive, pelo atual Prefeito, que dizia: “Por que parou, se tinha recurso federal disponível?” Nós queremos saber por que parou e quando serão, enfim, concluídas. Portanto quero o apoio dos nobres colegas Vereadores para a criação dessa comissão. No passado, isso já foi feito aqui na Câmara e foi muito bem aceito pela população. Inclusive, muitos acompanharam as visitas a esses locais através de uma parceria com o próprio Governo, justificando o porquê do atraso das obras. O que importa é que nós estaremos juntos. Espero ter esse apoio para formarmos uma comissão especial e nos debruçarmos sobre esse tema. Muitos, não só os Secretários, como também, com certeza, o Prefeito, serão convidados, para buscarmos uma alternativa de conclusão. Muito obrigado, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Dr. Thiago: Presidente, nós, oito Vereadores de cinco partidos diferentes – PSB, PRB, REDE, PSD e Democratas –, comunicamos a formação de um bloco parlamentar independente (Lê.): “Nós, vereadores desta Egrégia Câmara Municipal, que abaixo subscrevemos, vemos, por intermédio desta, tornar público junto a este colegiado, que, a

partir desta data, estamos consolidando a formação de um Bloco Independente, apoiados regimentalmente, para apreciação e votação de matérias da Casa e do Governo, levando em conta, sempre, o interesse público e o desenvolvimento da cidade, de forma livre, independente e responsável e com total respeito a Legislação vigente e em conformidade com o nosso compromisso com a sociedade porto alegreense.” Tornamos pública a formação do nosso bloco independente. Assinam o Ver. Aírto Ferronato, PSB; o Ver. Mauro Pinheiro, REDE; o Ver. Dr. Thiago, DEM; o Ver. Reginaldo Pujol, DEM; o Ver. Alvoni Medina, PRB; o Ver. José Freitas, PRB; o Ver. Paulinho Motorista, PSB; e o Ver. Tarciso Flecha Negra, PSD. Obrigado.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, eu queria que V. Exa., consultado o plenário, determinasse uma homenagem póstuma, com um minuto de silêncio, ao Dr. Fernando Affonso Gay da Fonseca, advogado por profissão e professor por vocação, falecido no dia 3 do corrente.

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Da mesma forma, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Telmo Giglio, ex-servidor desta Casa, também falecido no fim de semana.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Presidente, gostaríamos também de homenagear a Sra. Marisa Letícia, esposa do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ALVONI MEDINA: Boa tarde ao Presidente Cassio Trogildo, aos demais componentes da Mesa, a todos os Vereadores, Vereadoras e a todos aqui presentes; em primeira instância, quero parabenizar todos os Vereadores eleitos para fazerem parte da

nova gestão deste Legislativo e pedir que Deus nos abençoe, para que possamos lidar com todas as adversidades que surgirem ao longo deste mandato. O Vereador está aqui para servir o povo, lutar pelos ideais daqueles que nos confiaram o voto, entregaram seus direitos em nossas mãos. Esse mesmo povo que nos confiou o cargo de fiscalizar a Cidade está saturado, no momento atual, com a política no nosso País. Muito além de um Estado político desacreditado, muitos dos cidadãos deixaram de acreditar na humanidade. Basta entrarmos nas redes sociais para nos depararmos com os discursos de ódio vindos de todas as classes sociais, banalizando a vida do ser humano, desrespeitando a dor da perda de muitos.

Na política, vivenciamos dois casos recentes de teorias conspiratórias oriundas das redes sociais banalizando a vida e zombando da dor alheia, como aconteceu com o Ministro Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo, e com a recente morte da ex-primeira-dama, Sra. Marisa Letícia. Eu me solidarizo com a dor do ex-Presidente Lula, que não merece julgamento de caráter pessoal nesse momento de perda e dor. Em ambos os casos, não faltaram comentários ofensivos no Facebook, no Twitter e em grupos de WhatsApp, independente de partido político, se é esquerda ou direita. Vejam bem: o que deveria prevalecer, neste momento, é a empatia, o amor pelo próximo, ensinamentos que foram esquecidos nos dias atuais. Seja qual for a sua crença, você deve ter o mínimo de solidariedade com a dor do próximo. Como marido, como pai, como filho e como ser humano, eu não consigo entender esse tipo de ação perante o próximo. Seja com pessoas, seja com animais, com quem quer que seja, a dor não pode virar palco para múltiplas plateias. Isso só mostra o quanto a humanidade está descrente de tudo. Exatamente o que estamos vivendo é o fim dos tempos. O ódio atingiu o coração dos seres humanos, tornando-os frios e impiedosos.

Sem mais delongas, quero dedicar o meu mandato à população de Porto Alegre, fazendo a diferença na vida de cada cidadão. Um abraço fraterno, que Deus abençoe a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhores e senhoras, Vereadores e Vereadoras, quero cumprimentar todos e todas, cumprimentar os funcionários e as funcionárias desta Casa, que, com certeza, puderam, na sua grande maioria, tirar férias no mês de janeiro, agradecendo o seu trabalho de sempre, desejando um ano profícuo no suporte, na base para a representação popular, quando esta Casa recebe este novo grupo oriundo das urnas, do debate democrático que tivemos na Cidade. Cumprimento cada Vereador e cada Vereadora e quero, em nome do PT – Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni e Ver. Marcelo Sgarbossa –, dizer que agradeço as palavras profundas e bonitas do Ver. Alvoni Medina. Eu tinha me preparado para falar, Vereador, em nome da minha bancada, sobre a lamentável reação, óbvio que parcial, de algumas pessoas, do ódio que ainda persiste em relação à política. Infelizmente, nos dois últimos anos, o País está vivendo a ruptura democrática em muitas dimensões. Nós avaliamos que prisões preventivas que se alongam e perduram, prisões sem culpa aferida, sem julgamento, o *impeachment* de uma Presidenta, que não teve crime de responsabilidade comprovado... O País vive a discricionariedade da própria justiça, do próprio Poder Judiciário, das delegacias de polícia, de investigações em que se têm dois pesos e duas medidas, Ver. Oliboni, para divulgar ou não, para prender, para consumir. É um momento muito grave da democracia, mas talvez o mais grave seja a degradação dos homens e mulheres, dos cidadãos e cidadãs no sentido ético, moral e humanitário. Parece que a caixa de Pandora se abriu, e todos aqueles comportamentos, sentimentos que socialmente se coíbem, que se sabe não serem corretos, que são ofensivos, que não são éticos, que são discriminatórios apareceram, foram soltos e estão legitimados por um País que se fragilizou momentaneamente.

Nós vivemos isso com a morte da ex-primeira-dama deste País Marisa Letícia. Espantaram-nos, de forma assustadora, manifestações não apenas anônimas, nas redes sociais, de forma irresponsável, mas de especialistas da área médica que perderam o senso ético da sua função, bem como a própria compaixão humana, e se manifestaram de forma fascista. Não foi de forma política, enquanto questionamento político, de contraponto de projeto, que isso é legítimo para cada cidadão deste País, mas de forma fascista, porque essa é a forma da eliminação do outro, a forma da violência que cala, a forma da negação dos direitos humanos básicos do outro, no caso, da outra. Vou lembrar que a Marisa Letícia era uma dona de casa. Nós tivemos um debate longo nesta Casa:

trocamos o dia da dona de casa pelo Dia Municipal de Luta pela Valorização e pela Garantia de Direitos das Trabalhadoras Domésticas e dos Trabalhadores Domésticos, pois a dona de casa não é mais somente a mulher. Estamos lutando para que o trabalho de casa seja reconhecido. As empregadas domésticas hoje têm carteira assinada, direitos trabalhistas, e ainda estamos lutando para a divisão social do trabalho de casa entre homens e mulheres.

A Marisa Letícia era uma dona de casa. Uma dona de casa exemplar, porque era uma guerreira, uma lutadora, uma militante, e assim se comportou na condição de primeira-dama do País por oito anos. Não reivindicou cargos, não teve cargo comissionado, não foi beneficiada por ser a esposa do Presidente Lula. Foi e fez a sua função de representação, de acompanhamento e de suporte, como o Lula diz, para a sua família, para dar condições ao trabalho que ele realizou. Mas foi uma militante, protagonista, construtora da CUT, do Partido dos Trabalhadores. Na sua morte, recebeu deboches, recebeu desejos de que morresse, recebeu vibrações, recebeu calúnias, recebeu divulgação de exames que não eram seus, etc. Houve todo um ódio que penetrou a política, que é uma política rasa, uma política que não corresponde à história deste País. Nós queremos dizer que honramos a memória dessa mulher, uma mulher brasileira, uma mulher trabalhadora, uma mulher mãe de família. Desejamos repudiar toda forma de fascismo que corrói a postura, a humanização dos cidadãos e cidadãs e que marginaliza, criminaliza quem faz política. A política tem que estar a serviço da mediação dos conflitos através de regras democráticas, de discussão de projeto de País, de democracia, de voto, de plebiscito, de debate e de participação. É isso que nós desejamos para este ano de 2017.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, imprensa, colegas, funcionários desta Casa; é com muita honra que eu ocupo pela primeira vez, nesta Legislatura, a tribuna do plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre sendo Líder da Bancada do Partido Progressista, e, agora, como Vereadora titular. Eu escutei

atentamente a fala do meu querido colega – o bom filho a casa retorna – Ver. Oliboni. Já tivemos bons embates, debates, sempre de forma muito respeitosa. Divergimos em muitas coisas, mas temos uma boa amizade que herdei da época do meu pai, o saudoso Pedro Américo Leal, que faço questão de registrar nesta tribuna.

Vereador, as suas colocações, resumidamente, sobre a atual gestão – o senhor falou que falta foco do Prefeito Marchezan nos atuais problemas da Cidade: “O Prefeito afirmou que havia duas mil obras atrasadas, problemas com a saúde, obras da Copa atrasadas, portal da Internet com falta de informações, transparência e como a atual Administração fará para resolver. Agora é hora de resolver. O OP deve ser uma política participativa”. Enfim, eu poderia citar muitos outros itens que o senhor falou, mas eu fico surpresa com a sua colocação, Vereador, porque eu tenho aqui um calendário. Nós estamos somente há 35 dias com o novo Governo, e 35 dias não são nada para um Prefeito que já chegou mostrando que é objetivo e que quer fazer! E vou lhe dizer por que quer fazer: ele soltou a notícia e, imediatamente, cumpriu o plano de racionalização da estrutura administrativa. Não é esta Vereadora que está dizendo, nós temos as manchetes que mostram que, de 37 órgãos de primeiro escalão, divididos em 29 secretarias, 4 autarquias, 3 empresas públicas e 1 fundação, o Prefeito Marchezan cumpriu com a sua palavra. Ele transformou em 23 órgãos, 15 secretarias, 4 autarquias, 3 empresas públicas e 1 fundação. Não bastando isso, Vereador, o Prefeito Marchezan diminuiu imediatamente a quantidade de CCs e mostrou, para toda a população, os números do que havia em caixa. Ora, eu já ousou dizer que me daria por satisfeita, nesses 35 dias, com essa medida de racionalização. E mais: Porto Alegre tem uma dívida de R\$ 507 milhões, conforme informações, e pode ultrapassar R\$ 1 bilhão, se for somada à dívida contratada para 2017.

Vereador, eu quero lhe dizer que tenho alguns itens a mais do que o Prefeito Marchezan já saiu fazendo: suspensão de pagamento de despesas anteriores, suspensão de criação de novas despesas, reavaliação e renegociação de contratos e licitações, instituição do comitê para gestão de despesas de pessoal, instituição do comitê de gestão orçamentária de despesas, suspensão de novas contratações de pessoal, racionalização do uso de veículos oficiais, racionalização do uso de telefonia móvel, criação de grupo de trabalho para reforma administrativa, suspensão de concursos, de novas despesas e de pagamento de dívidas herdadas.

Ver. Aldacir Oliboni, esta é uma boa discussão que faço questão de iniciar com o senhor, e acho, com todo o respeito e carinho que tenho pela sua pessoa, que valeria a pena uma leitura deste material, que vou encaminhar ao seu gabinete.

A Ver.^a Sofia Cavedon falou aqui sobre a morte da ex-primeira-dama do Brasil Marisa Letícia. Eu quero registrar que a minha posição neste momento é de lastimar que esse assunto tenha sido tratado de uma forma tão desrespeitosa nas redes sociais. Eu fiquei muito impressionada com todas as manifestações de fúria e raiva geradas pelo fato da internação e, posteriormente, do falecimento da Sra. Marisa Letícia, ex-primeira-dama do País; uma mulher, uma mãe, uma avó, uma cidadã comum. Eu acredito que diferenças ideológicas e partidárias não podem jamais se sobrepor ao movimento do luto. Também não podem ferir a ética médica, como vimos no caso de uma profissional do Hospital Sírio-Libanês que enviou, pelo WhatsApp, a um grupo de médicos, que considerava restrito e confiável, detalhes sobre a condição de saúde da paciente, o que gerou a disseminação da mensagem para outros grupos, com um desfile de comentários irônicos e maldosos.

Eu queria, com isso, concluir a minha fala e deixar aqui a manifestação de completo desagrado e de tristeza pelo ocorrido. E me pergunto: onde fica, neste caso, o juramento médico, em que se comprometem a preservar todos os aspectos do doente – físico, emocional e moral? Crise moral, esse é o mal do qual padece o Brasil dos últimos tempos, onde a falência das instituições, os discursos de ódio e as rivalidades políticas exacerbadas travam uma luta no estilo vale-tudo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Adeli Sell (Requerimento): Sr. Presidente, creio que posso fazer este pedido em forma de Requerimento à Mesa Diretora, ou diretamente ao Presidente. Hoje é o Dia Municipal do Médico Mastologista, e também se comemora a Semana Municipal do Médico Mastologista. Como a questão do câncer de mama atinge tantas pessoas, talvez a Casa – V. Exa. e a Comissão de Saúde – pudesse, nesta semana, incrementar alguma coisa, caso já não haja uma previsão. Eu me lembrei disso em função da importância do tema. Peço desculpas se já tem alguma coisa a caminho, mas achei por demais importante fazer este Requerimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente Cassio Trogildo; prezados Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste, como hoje é o primeiro dia que estou usando a tribuna, quero desejar um excelente mandato para todos nós, que Deus possa nos abençoar grandemente e nos dar direção.

Eu trago, Ver. Oliboni, uma fala dentro do que o senhor colocou, mas a minha preocupação não é com as obras em si, e sim com a limpeza da Cidade. Eu sei que o Governo ainda não está completamente montado, hoje mesmo o Prefeito nomeou alguns diretores, inclusive do DMLU, mas a preocupação é muito grande, principalmente em relação à nossa querida orla do Guaíba, onde o mato está alcançando quase o pescoço. Eu fiquei três anos e seis meses na Secretaria de Segurança, e muito nós trabalhamos em relação à limpeza, principalmente, da nossa orla, com levantamento de copas e corte da grama permanente. Temos observado que não só a orla do Guaíba, mas também grande parte da nossa querida Porto Alegre está jogada às traças. Eu queria deixar um recado, pois nós somos fiscalizadores, nós estamos de olho: quando é uma grande obra, como há várias em Porto Alegre, várias obras em andamento, ainda há desculpa. Agora o básico do básico nós não vamos aceitar. É muito perigoso – perigoso – transitar, caminhar pela orla do Guaíba. Quando trabalhei na Secretaria de Segurança, nós tínhamos um olhar todo especial para a nossa orla, e hoje ela está jogada às traças. Quero pedir encarecidamente, principalmente aos diretores que estão assumindo o DMLU, que tenham um olhar para a nossa orla e para as grandes avenidas de Porto Alegre. Em muitas delas, não está se cumprindo o calendário de corte. E, se você observar, e sou usuário da orla do Guaíba, tem muita gente escondida dentro do mato. Imaginem se o mato ficar ainda maior! Quero pedir encarecidamente que retornem àquele levantamento de copas, porque quem caminha enxerga lá dentro do rio, não tem como ninguém se esconder dentro do mato. Que a nossa Prefeitura, os diretores que assumiram tenham um olhar especial para a nossa querida Porto Alegre. Um abraço para todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas, funcionários da Câmara e público que nos assiste pela TVCâmara, boa tarde; eu estava conversando com o colega Roberto Robaina sobre a questão da CPI e tenho toda a tendência, neste Governo, de não ser nem governista nem da oposição. Isso, de certa forma, me dá um relaxamento pessoal, para poder votar com coerência, com franqueza e com honestidade intelectual tanto para assinar uma CPI, se ela for justa, quanto para votar um projeto de Governo, se ele for razoável, se for bom para a Cidade. Particularmente, este Governo não tem me agradado em nada, e eu não quero fazer premonições, antecipações, porque acho que, em 30 dias, um governo não consegue se organizar. Nós temos que respeitar o tempo. Eu acho que a gente consegue sentir o governo pelos indicativos que ele dá. O governo que trata muito de fazer banco de talentos, política de *marketing*, publicidade e um conjunto de coisas e aparições, eu acho até bonito, mas numa análise de rede social, numa avaliação político-publicitária. Agora, na parte política, se a gente for fazer uma avaliação, nós estamos num momento lastimável da política. Lastimável, porque eu sinto que não é só uma indignação minha, mas de muitos colegas meus que não têm sido tratados na política. Se tu não és tratado na política, o que é que nós estamos fazendo aqui? Qual é o papel dos Vereadores aqui, se tu não consegues uma interlocução com aquele que deve ser um canal de diálogo? Eu acho que isso vai jogar muita gente só a cobrar. No momento em que tu não podes opinar, se eu te disser que tu não podes dar o teu palpite para mim, o que tu vais fazer, se tu tens que falar alguma coisa para mim? Vais cobrar! Na prática, vai ser muito mais caro para este Governo ser cobrado, depois, na política, porque, se hoje eu dou um indicativo de assinar uma CPI, Roberto, eu tenho certeza de que, em dois ou três meses, pode haver mais Vereadores que vão assinar a CPI. Essa é a tendência. Por quê? Pela insatisfação objetiva de não ter relação, e a política é a arte de ter relação.

Quero lastimar profundamente a forma absurda – e aqui não me dirijo a ninguém especificamente –, a forma canalha – falo aqui da política – do que fizeram com a Secretaria dos Animais. Mais uma vez, eu venho falar. E, se tiver que bater nesse assunto nos 365 dias do ano, eu vou bater! Sabem por quê? Porque a minha conta na veterinária

aumentou consideravelmente, porque gente da Secretaria dos Animais me liga de dentro da Secretaria dizendo que não está funcionando! Não é um indivíduo, é gente de dentro da Secretaria! Os veterinários contratados, o que foi aprovado por esta Câmara, estão apavorados, e os caras concursados não são chamados, Fernanda! Tem um grupo de veterinários que foi aprovado, chamado pela Prefeitura, que não foi contratado. É lastimável. Quero que alguém suba aqui para defender, Moisés, com todo o respeito, tu és uma das pessoas por quem tenho carinho, quero que me expliquem como é que o Município ganha um patrimônio de R\$ 6 milhões e quer devolver, ou quer passar para uma parceria da universidade. É muito bonito discursar sobre uma parceria com a universidade. Eu fui falar com a UniRitter, que fez seu próprio hospital, mas vai cobrar, devolver em parceria. Aí eu pergunto: onde é que entra o público nisso? Na parte dos animais que aqui me toca, se tem um hospital que é privatizado, se tem uma secretaria que virou um departamento, qual é o papel do público? Onde é que tem o público aí? É só para ter uma camisetinha “departamento dos animais” e ter um indivíduo para responder eventualmente a algumas ligações. É lastimável.

Eu espero, do fundo do coração, Moisés, que este Governo não seja o que está sendo nesses 30 dias. Do fundo do coração, pela vida dos animais, pelo amor aos animais, Fernanda, porque, se forem reproduzidos por 5 meses esses 30 dias, vai ser o pior governo que se teve na história de Porto Alegre. Se for um ano, tenho convicção de que vai ser... E falo aqui de forma generosa, solidária, como palpite. Tu, que tens interlocução, que se repense esse tipo de relação. Eu venho aqui falar, mas tenho certeza de que essa insatisfação é de muitos colegas nossos e da população, que não ouviu na campanha isso que está acontecendo. Eu duvido que alguém que votou tenha ouvido que aconteceria isso que está acontecendo, fundamentalmente, com os animais.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, eu não podia deixar de vir a esta tribuna e gostaria de pedir a atenção do meu colega Ver. Maroni, para que, com todo o carinho, ouvisse o que eu tenho para dizer em vez de ficar ao telefone. Queres que eu espere,

Ver. Maroni? Eu posso esperar desligares. (Pausa.) Sobre a SEDA. Nós temos 35 dias de administração deste Governo, já participei dessa discussão inúmeras vezes e gostaria de, novamente, falar sobre isso. Ver. Maroni, tu vieste aqui e disseste que funcionários da Secretaria entram em contato contigo. Gostaria de saber, inclusive para ajudar, quais são esses funcionários. Gostaria de te perguntar, em vez de eu vir aqui, se encaminharias esse assunto para quem está interinamente cuidando do meio ambiente. O orçamento da SEDA foi aprovado nesta Casa no ano passado, então não tens como, até o momento, mexer nesse orçamento. Esta Administração não veio fazer um Governo populista, Ver. Maroni. Eu já te disse que seria muito confortável para qualquer governante que chega na Administração jogar de maneira populista e dizer que vai se fazer isso, que vai se fazer aquilo. Não há como, com o tamanho do déficit que este Governo assumiu, assumir determinadas coisas. Nós recebemos aqui, eu quero deixar muito claro, nós ficamos sabendo aqui, em janeiro, que nem as creches, Ver. Maroni, tinham recebido o repasse do mês de dezembro. Teve que se fazer um exercício muito grande para se buscar recursos para o repasse das crianças.

Olha só: é interessante um hospital que foi doado por um empresário? Claro que é interessante. Mas quem é que vai contratar e pagar as pessoas que vão lá para dentro? Quem é que vai contratar toda a estrutura que se tem, se ela fosse mantida como uma secretaria? Eu vou te fazer uma pergunta muito objetiva. O que é que te interessa: o *status* de secretaria, ou o serviço para atender os animais que foram atropelados ou os que têm que ser eventualmente castrados, que são as duas grandes responsabilidades? Eu gostaria muito que esta Administração tivesse uma secretaria para cuidar da criança, uma secretaria para cuidar do preconceito, mas não se tem no momento.

Olha só: com muita responsabilidade, esta Administração não vem para ser mais do mesmo. É óbvio, todo mundo sabe que é um tema apaixonante, que todo mundo é aguerrido, as cuidadoras ... Eu venho de uma rede de ação social chamada Malucos do Bem que faz recolhimentos, mas não de uma maneira eleitoreira, Maroni. Com todo o carinho e com o respeito que eu retribuo a ti, eu vou te dizer... Tu disseste aqui “eu espero, com todo o carinho, que esta Administração...” Eu também espero, com todo o carinho, que as pessoas entendam que isso não é uma bandeira que deva servir eleitoralmente. Eu acredito que o serviço vai continuar sendo prestado, e o orçamento aprovado, no ano passado, será executado neste ano. Eu peço a tua ajuda, Maroni, peço

que tu vás lá e que nos ajude, ajude o Prefeito, ajude a Secretaria do Meio Ambiente, vá lá sugerir. Agora, me desculpe, “terra arrasada”, fazer discurso populista do tipo “nós vamos ampliar”... Nós não temos como ampliar, Maroni. Eu disse aqui: 15 milhões. Fala para um pai de família que perdeu um filho de um ano de idade, na fila, porque não se tem estrutura na saúde pública, porque nós não temos capacidade de endividamento, que vamos buscar bilhões para cuidar de um hospital. Desculpa-me, mas não temos agora como fazer, Maroni. Qual o problema de buscar uma parceria público-privada para fazer isso? Tem algum problema, é algum crime? Não! Acho que existem outras prioridades. E repito, a SEDA... Eu luto, e todos aqui sabem disso, para que se mantenham os atendimentos, os serviços e o orçamento que foi aprovado no ano passado. O resto é discurso populista para ganhar votos, desculpa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA. Boa tarde a todos e todas, quero, neste tempo de liderança do PSOL, trazer a esta tribuna um debate muito caro não só a nós do Partido, mas a toda a população de Porto Alegre, ao conjunto dos usuários do transporte coletivo, aos motoristas, aos cobradores e ao sistema de transporte de um modo global. Nós vimos com toda a tranquilidade de quem foi a primeira bancada nesta tribuna a saudar a iniciativa do Prefeito Marchezan de trazer o controle público da bilhetagem. Em dezembro do ano passado, viemos a esta tribuna dizer que era um avanço fundamental para a cidade de Porto Alegre não deixar a raposa cuidar do galinheiro e começar a analisar, integralmente, o sistema da bilhetagem eletrônica, dos valores arrecadados, da quantidade de passageiros pagantes. Com esta mesma autoridade de quem elogiou uma medida correta, nós vimos aqui cobrar o início das discussões acerca de mais um aumento tarifário sem uma auditoria concreta no sistema de transporte em Porto Alegre. Os empresários anunciam que querem R\$ 4,30. O Governo faz previsões de aumento tarifário que pode ir até R\$ 4,05, impactando em mais de 10% o custo que a população terá ao andar no sistema de transporte. Diga-se de passagem, a mesma inflação que a classe trabalhadora não teve no aumento dos salários, porque boa parte das categorias

não conseguiu sequer a inflação no ano passado, por conta de uma crise econômica brutal que os Governos querem passar para as costas dos trabalhadores e, lamentavelmente, têm feito. Nós não aceitamos a tentativa de conceder outro aumento abusivo num sistema de transporte que teve uma licitação que coroou as empresas que funcionavam de modo ilegal, desclassificando a única empresa que não atuava no setor, que não atuava em Porto Alegre, desclassificando esta empresa que tinha até valores mais baratos em algumas bacias. Nós não aceitamos outro aumento de tarifa depois dos 15% de 2016, cujo argumento era de que melhoraria o ar-condicionado, melhorariam as linhas. Todos sabem que não melhorou. Não apenas eu, que ando de ônibus, mas toda a população usuária do transporte coletivo, inclusive, os seus trabalhadores, Ver. Roberto Robaina, eles sabem que a qualidade segue péssima. Nós não aceitaremos um aumento de tarifa sem uma auditoria e uma abertura desta caixa de Pandora. Digo mais: nós não aceitamos que se queiram discutir os direitos da população, o meio-passe dos estudantes, que é uma forma de eles irem para a escola, irem para a universidade, o que geraria uma evasão enorme. Ou mesmo a tarifa dos idosos, depois dos 65 anos, que é por lei federal. Em tudo que é crise econômica, Ver. Roberto, eles querem tirar direitos dos idosos. O Temer quer fazer uma reforma da previdência, e aqui se quer discutir o sistema de isenção.

Então, nós, do PSOL, lançamos um desafio. Nós queremos começar discutindo uma isenção: a isenção das empresas de ônibus de Porto Alegre, que deixam de pagar R\$ 18 milhões para os cofres públicos todos os anos e, ao mesmo tempo, não garantem um sistema de transporte de qualidade. Queremos ainda, antes do aumento – ainda temos tempo, Ver. Moisés –, bater na tecla da auditoria. Nós temos a convicção de que, com uma união da população, com os trabalhadores, com uma auditoria, com o Tribunal de Contas do Estado, é possível derrotar a tentativa de lucros abusivos que os empresários querem ano após ano.

Porto Alegre já fez isso no ano de 2013, nós podemos repetir. Há uma mobilização da juventude já marcada para quinta-feira, os trabalhadores já se levantaram contra a possibilidade de demissão, e nós precisamos seguir garantindo que haja uma nova auditoria, de 2013 a 2016, que vai comprovar o que nós temos falado nesses anos todos: que o óleo diesel segue superfaturado, que o preço do pneu apresentado pelas empresas

é acima do valor de mercado, que os lucros são indecentes e vergonhosos, enquanto a população paga a conta de uma tarifa cara por um transporte de qualidade duvidosa.

Para concluir, quero dizer que nós, do PSOL, insistiremos na tese da CPI, porque para nós é fundamental que haja a investigação desses valores. O Ver. Roberto começa com o DEP. Poderia ser CPI do DEP, da FASC, poderia ser de vários órgãos municipais, mas é preciso começar essa investigação. Nós queremos começar por esse órgão, que é tão importante, que deveria estar organizando a questão dos bueiros da nossa Cidade, mas que foi vítima de uma fraude de, no mínimo, R\$ 5 milhões. Seguimos com a coleta de assinaturas com a tranquilidade daqueles que sabem que a Câmara precisa cumprir o seu dever: o dever de investigação, o dever de auxiliar as investigações do Ministério Público de Contas, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado, da Polícia Civil, para que a verdade venha à tona e que nós possamos lutar para que esses recursos públicos roubados na corrupção retornem aos cofres municipais, para garantir dinheiro e investimento nas áreas essenciais – na educação, no esporte, na cultura, no lazer e nos direitos dos animais, que também é uma pauta que nós temos defendido.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, agradeço às Bancadas do PSOL e do Partido dos Trabalhadores pelo uso da Liderança de bancada. O nosso tema, como bancada de oposição, extrapola os limites de Porto Alegre, mas tem a ver com Porto Alegre, com o Rio Grande e com o Brasil: é o problema das teles. O senhor sabe que eu recebi um retorno de que a Oi não coloca sinal no bairro Belém Velho, mas vende telefones lá. Essa é uma peleia não só da oposição, mas dessa bancada que foi formada há pouco, de centro, independente, sei lá o quê, da bancada do Governo, de todos os Vereadores, porque a barbaridade que ia acontecer... O Renan Calheiros mandou, no apagar das luzes da sua gestão, dar uma bagatela de R\$ 90 bilhões para as teles, mas o Supremo Tribunal Federal, com a posição do Ministro Luís Roberto Barroso, esse sim, posicionalista de mão cheia, respeitado no Brasil inteiro, devolveu a questão ao Senado da República. Espero que agora, com a pressão popular,

façamos com que as empresas paguem o que têm que pagar e façam o ressarcimento ao Governo do que deve ser ressarcido. Se nós estamos aqui numa política de capitalismo, que o capitalismo vingue com as suas próprias forças. Se aqui queremos discutir o Estado mínimo ou máximo, eu discuto o Estado ideal, que é o Estado que dá condições sociais para a população, mas que as teles banquem o que é de sua competência. Portanto, quero louvar a atitude do Ministro Luís Roberto Barroso, que já tomou outras atitudes, inclusive, antes de ser Ministro. Nos temas mais complexos no STF nos últimos anos, o Luís Roberto Barroso estava lá como advogado, antes de ser Ministro.

Mas fico sabendo hoje, pela imprensa, que poderá ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal o Alexandre de Moraes! Quando houve, e houve, pelo menos, uma indicação que tinha um viés político, porque o sujeito tinha vinculações político-partidárias no passado, foi um escândalo nacional! Agora, esse sujeito é de carteirinha; não só partidário, ele é ideológico, ele controla as coisas no Planalto e vai virar Ministro do STF! Imaginem se cai esse rolo das telecomunicações na mão dele! Teria uma posição exatamente inversa à do Luís Roberto Barroso, que é um posicionalista! Eu brinquei com uns amigos meus que ficaram esculhambando o Teori e o Luís Roberto Barroso dias atrás: o que vocês vão fazer agora? Então, tem que ter calma, Ver. Matheus! Por isso eu elogiei o seu discurso na sua chegada. É preciso dialogar, porque essa é uma questão nacional, é de soberania nacional, é de interesse da população de Porto Alegre, do Rio Grande e do Brasil. As teles não podem abocanhar o patrimônio público, foram construídas com os impostos que o povo pagou! Por isso louvo, mais uma vez, a atitude do Ministro Luís Roberto Barroso.

Se nós fazíamos críticas a algumas atitudes do Supremo dias atrás, imaginem se Alexandre Moraes for alçado a Ministro do Supremo Tribunal Federal!

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ADELI SELL: Mas eu disse, eu reconheci! Eu já disse, eu reconheci, Ver. Bosco. Acabei de dizer que a nomeação de um Ministro, no caso o Toffoli, tinha vinculações. Vereador, eu não estava aqui na época, mas nunca defendi que, para o Supremo Tribunal Federal, se chamasse alguém com vínculo político-partidário. Pelo contrário! Mas teve gente que fez barulho. Eu espero que faça o mesmo barulho agora. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; muitos Vereadores subiram à tribuna falando de um Governo de 35 dias, cobrando de um Governo de 35 dias questões que não foram feitas em 16 anos, questões que não foram feitas, pode-se dizer, por duas, três, quatro, cinco décadas na cidade de Porto Alegre, mas que, com certeza, serão feitas. Eu acho que muitas políticas são feitas como políticas, não precisa ter grandes estruturas para fazer, e isso será provado na questão do Governo, será provado na questão da defesa dos animais, será provado que não precisa ter uma grande estrutura, com Secretários, uma estrutura monstruosa. Dois defensores de animais desta Casa, com mandato, subiram a esta tribuna e disseram que nada era feito na defesa dos animais no Município de Porto Alegre. Foi-nos dado um hospital, um prédio, mas não nos foi dada a estrutura, e nós faremos a estrutura para ter políticas para defender os animais, para dar condições para que as pessoas tenham os seus animais. Mas nós não podemos ter, em Porto Alegre, uma estrutura que passe a funcionar como os defensores dos animais em toda a nossa Cidade falam. As TVs mostram como funciona no nosso litoral, onde as pessoas largam os animais, abandonam os animais. Nós não queremos uma estrutura em Porto Alegre que funcione assim, nós queremos uma estrutura na defesa dos animais, mas, principalmente, das pessoas que têm os animais. Como já foi dito aqui, tem receita para isso no orçamento, vai ter políticas para a defesa dos animais no orçamento, assim como este Governo também está preocupado em discutir a questão do transporte coletivo. Não existe comida de graça, não tem como eu chegar num restaurante e ter café, almoço e janta de graça. Não tem comida de graça! E quem paga a passagem de ônibus em Porto Alegre sabe do que estou falando. Não tem como fazer comida de graça, não tem como nós começarmos a dar um monte de isenções no transporte coletivo de Porto Alegre, e uma parte da população da Cidade, que são os trabalhadores, pagar essa passagem. Não tem como! Não tem como darmos a segunda passagem, porque é uma parcela mínima da população de Porto Alegre que se beneficia, e parte dos trabalhadores pagar. Concordo plenamente com a Ver.^a

Fernanda: nós vamos ter que abrir essa caixa de Pandora, nós vamos ter que ver essa caixa de Pandora, nós vamos ver a necessidade real das pessoas nas questões das isenções. Nós não queremos tirar o direito de ninguém, principalmente das pessoas mais pobres; nós não queremos tirar o direito dos estudantes, principalmente dos estudantes mais pobres; nós não queremos tirar o direito dos aposentados, principalmente dos aposentados mais pobres que precisam ir ao médico, retirar remédio, se locomover. Nós não queremos tirar o direito de ninguém, principalmente dos trabalhadores que pagam a passagem. Os trabalhadores pagam a passagem, as empresas pagam uma porcentagem, e o restante quem paga são os trabalhadores. Agora falam em R\$ 4, R\$ 4,50, R\$ 4 e pouco; quem paga são os trabalhadores. Quem paga qualquer benefício que dermos para as pessoas são os trabalhadores, são as pessoas que saem de casa de manhã, pegam o ônibus e ficam 1h45min, 2h dentro de um ônibus. Nós também queremos discutir os itinerários desses ônibus, essa linha puxa-puxa, essa linha que vai esticando e não terminam mais. Antes se pegava um ônibus para fazer um trajeto – eu posso dar o exemplo de onde moro –, se pegava um ônibus para chegar no Itu Sabará... Hoje o fim da linha desse ônibus é lá no Passo das Pedras; se pegava um ônibus para chegar no Passo das Pedras, e hoje o fim da linha do Passo das Pedras é na lá Vila Safira. Então, é o puxa-puxa, o estica-estica de linha que queremos discutir, Ver.^a Fernanda. Nós queremos discutir por que não criam novas linhas, principalmente no horário de pico, quando os trabalhadores mais precisam; por que tem baldeação dentro da cidade de Porto Alegre. Com certeza, o Governo tem esse compromisso com a população de Porto Alegre. Mas 35 dias não dá para resolver o problema de décadas. Nós estamos fazendo o possível para melhorar a vida das pessoas, e vamos melhorar. Vamos construir uma Cidade melhor para as pessoas viverem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde aos colegas da Câmara, aos funcionários da Casa e ao pessoal que nos acompanha na TVCâmara e nas galerias; queria reforçar essa discussão sobre o transporte coletivo na Cidade, sobre essa questão dos valores. Acho

muito pertinente a fala sobre a abertura das informações, sobre a transparência no processo de transporte público e no processo de precificação das passagens. Mas, mais importante ainda, eu faço questão de propor uma reflexão ao Parlamento sobre o transporte público. A transparência é fundamental especialmente num setor que é altamente regulado, em que as passagens de ônibus são sempre alvo de polêmica, e toda a população tem interesse em saber o que, de fato, está acontecendo – e muito se fala em caixa-preta. O Executivo, como o próprio Ver. Cláudio Janta e o Prefeito Marchezan sinalizaram, já se manifestou dizendo que pretende disponibilizar as informações das planilhas, e eu espero ansiosamente que, de fato, o faça. Parabenizarei o Prefeito e a base assim que o fizerem. Porém essa caixa-preta tem uma raiz que provém de um outro problema. A gente está discutindo o preço de passagem, a caixa-preta, isso é um sintoma. O problema, no meu entendimento, se chama Estado e regulação estatal. Quando a gente fala sobre abertura de caixa-preta, por acaso a gente discute abrir caixas-pretas de padarias, de restaurantes, de lojas de móveis? Nenhuma dessas atividades possui caixa-preta que interesse à população abrir, principalmente porque elas possuem concorrentes. Se eu não estou satisfeito com o pão da padaria próxima à minha casa, eu recorro à padaria ao lado, eu vou a um concorrente e lá compro o meu pão. Dessa forma, o mercado trata de se fiscalizar; dessa forma, o interesse público fica preservado, e o consumidor, que é quem mais importa nessa situação, é respeitado pelos concorrentes, que estão loucos para pegar aquela fatia de mercado que não está bem atendida, porque tem uma padaria que não está sendo transparente e cobrando preços exorbitantes pelo pão.

Essa competição entre empresas é saudável, e isso nós não temos no transporte público. A gente tem linhas que são monopolizadas pelas diferentes empresas, e seria muito saudável para Porto Alegre poder fazer essa discussão. Talvez não para agora; quem sabe, para um futuro, mas a discussão de concorrência é sempre relevante de ser feita, especialmente para quem mais interessa, que é o consumidor. Toda vez que a gente não dá liberdade para que empresas compitam, a gente condena o consumidor a ser escravo de quem não concorre. Muito obrigado, Presidente; muito obrigado, colegas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h40min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A Sra. Mônica Leal (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 297/13 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 124/13 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Conforme decisão na reunião de Mesa e Lideranças, a ordem da priorização de votação será a seguinte: imediatamente a votação do Requerimento nº 009/17, Requerimento nº 010/17, Requerimento nº 003/17, Requerimento nº 002/17, Requerimento nº 014/17, Requerimento nº 015/17; logo após a votação do Requerimento nº 023/17 e a discussão e votação do PLL nº 087/16. Após retornaremos à ordem normal.

Em votação o Requerimento nº 009/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 010/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 003/17 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 002/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com voto contrário do Ver. Valter Nagelstein.

Em votação o Requerimento nº 014/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 015/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 023/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu trouxe o requerimento à tribuna, Presidente, porque, além da convocação, que é uma prerrogativa do Regimento da Câmara de Vereadores, no art. 94, § 3º, que prevê a vinda dos Secretários – como em vários momentos esta Câmara convocou Secretários Municipais acerca de temas fundamentais para o Parlamento e para o povo da nossa Cidade –, o nosso requerimento vai além, ele faz um convite ao ex-Secretário da Fazenda, na pessoa do Sr. Eroni Numer, em função da guerra de informações. Nós, inclusive, tivemos uma oportunidade, estávamos num programa de rádio, e o ex-secretário prontamente atendeu o convite em caso de votação, evidentemente depois da votação, em função de uma questão muito básica: o princípio da transparência. Nós estamos discutindo aqui na Câmara de Porto Alegre um orçamento que, de fato, em 2017, sofrerá os impactos da diminuição dos repasses federais, dos repasses estaduais; portanto, tem impacto concreto na arrecadação municipal e, ao mesmo tempo, nos serviços públicos. Agora, duas questões, para nós, chamam a atenção nesse processo de início de ano. Primeiro, a guerra de informações. Enquanto o atual Secretário da Fazenda, Leonardo Busatto, fala em um déficit de 1,3 bilhão que envolve a questão das obras, inclusive, no cálculo apresentado, empenhos anulados e saques no caixa único, empenhos pendentes, a equipe passada fala em um déficit mínimo de 322 milhões a menos – 322 milhões são seis vezes o orçamento da segurança pública no Município de Porto Alegre. De fato é um orçamento pequeno, 50 milhões, e precisa obviamente ser incrementado, mas nós achamos que essa guerra de informações precisa ter um espaço público do debate, o espaço das perguntas, do contraditório, o espaço da explanação do secretário atual e do passado – que, reitero: já aceitou o convite. E essa iniciativa traz para o conjunto dos Vereadores a possibilidade, no espaço do plenário, de se fazer um debate fundamental para cidade de Porto Alegre. Eu sei que o Ver. Cecchim tem iniciativas importantes na CEFOR, e nós achamos que se soma a esse momento tão grave de discussão do ponto de vista das finanças municipais, porque é necessário, sim, que a Câmara se debruce, passe a lupa sobre a questão das contas

públicas, mas, ao mesmo tempo, cumpra o seu papel de fiscalização e de permitir ao povo de Porto Alegre e de permitir ao conjunto dos parlamentares o aprofundamento de um debate tão relevante. Nós sabemos as questões das dificuldades financeiras do Município, apresentamos a questão do ISS para os bancos, a questão da dívida ativa, alternativas financeiras que podem ajudar a ampliação da arrecadação para garantir direitos sociais, para garantir investimentos nas áreas essenciais à população. Vários Vereadores, como Professor Wambert, André Carús, e já quero agradecer, pois falaram publicamente da importância do nosso Requerimento. E nós queremos que seja uma iniciativa do conjunto da Câmara, que não seja só desta Vereadora, que seja assinado por todos os Líderes, que seja votado por unanimidade, porque precisamos ter transparência em qualquer esfera, seja do Legislativo, seja do Executivo, e este é um dos grandes espaços para que a Câmara possa buscar essa transparência; e, muito mais, subsidiar a Cidade para um debate tão importante. Nós não conseguimos aceitar a ideia de que tenha a possibilidade, por um lado, de superestimar o déficit para justificar ataques aos servidores públicos e privatizações, ou tampouco subestimar o déficit para fazer como se tudo estivesse bem nas contas municipais quando nós, de fato, vivemos um momento de crise econômica, mas que precisa buscar arrecadação e incremento das receitas municipais onde de fato elas merecem ser buscadas, que não é no salário dos trabalhadores e que não é no serviço público, tão importante para a nossa população. Obviamente, nós esperamos essa votação por unanimidade, porque temos a convicção de que 36 Vereadores vão querer garantir não só a transparência, mas o direito ao debate da Câmara de Vereadores e do conjunto da população de Porto Alegre. E mais uma vez quero agradecer e parabenizar a iniciativa da CEFOR, que é mais uma iniciativa fundamental para esse debate aqui no Município de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, eu escutei atentamente a Ver.^a Fernanda, e, com o maior respeito pelo requerimento dela, eu queria propor à Vereadora a postergação dessa convocação para depois do dia 21, quando estarão aqui tanto o Secretário da Fazenda quanto o Secretário de Gestão e Finanças. Acho que é uma boa oportunidade de nós ouvirmos e, se não ficarmos satisfeitos, votaremos esse seu requerimento. Eu me

comprometo de votarmos logo em seguida, dia 22 ou dia 23. Vamos ouvi-los antes na Comissão de Finanças e Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, reforçando o ponto que o Ver. Idenir Cecchim colocou, realmente nós temos a convocação do Secretário na Comissão de Finanças e Orçamento. E o que eu gostaria de deixar claro é que o novo preza pela transparência – achamos que é fundamental esse tipo de discussão. De fato, comuniquei à Ver.^a Fernanda e ao Ver. André Carús, em programa da TVCâmara que participamos conjuntamente, que qualquer esclarecimento de informações do Executivo é produtivo e válido, mas acho que talvez seja mais produtivo aguardar o secretário vir prestar os devidos esclarecimentos para então procedermos. Até para que consigamos fazer assim como o Ver. Roberto Robaina mencionou na sua fala passada, para que essa convocação não vire algum instrumento político, algum palanque para atacar um executivo que recém assumiu, e que consigamos oportunizar ao secretário que preste as devidas informações e, depois, essas sejam devidamente contestadas, se assim houver oportunidade ou algum motivo para isso. Então, o Partido NOVO é favorável à transparência, mas talvez em momento mais oportuno ela seja melhor aproveitada do que antecedendo a vinda do secretário para fazer os devidos esclarecimentos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores, eu quero chamar a atenção de V. Exas. para o nosso Regimento e a questão da convocação, colocando a diferença da convocação para o convite. Quero lembrar mais, Vereadores: eu estou aqui há dois mandatos e não houve, nessas últimas duas legislaturas, convocação de secretário para vir à Câmara. Ao mesmo tempo, que eu me

lembre, nenhum Secretário convidado se negou de vir à Câmara. Então, se urge qualquer tipo de esclarecimento e se a transparência, felizmente, o princípio da publicidade começa de fato a ser aplicado na política, o princípio da transparência, da economicidade, do interesse público, isso realmente começa a valer. E que bom, a nossa geração precisa disso, de uma nova geração de políticos que não tenha compromisso que essas coisas velhas nem com ideias mofadas. Eu quero lembrar, ao mesmo tempo, que nós estamos vivendo uma guerra política. E eu imagino o seguinte: das 36 cadeiras que tem aqui nesta Casa, ninguém chegou aqui por acidente. Se alguém acha que algum dos 36 Vereadores chegou aqui porque era bobo ou porque era ingênuo, se equivoca. Todos que estão aqui, independentemente da posição política ou do espectro político que ocupem, têm trabalho, são inteligentes, têm relação com a sua base eleitoral.

Na verdade, nós temos que ver, com todo o respeito ao PSOL, que o PT era o maior especialista do mundo em fazer oposição, e sabem fazer muito bem. Mas cabe a nós sermos ingênuos e cair na cantilena, na armadilha sob o argumento da transparência, da informação? Ou vamos aqui ser aqui conduzidos pela bancada dos meus queridos amigos Vereadores? Se o secretário estivesse se negando ou se negar, Ver. Medina, a vir aqui, aí a Câmara e os Vereadores têm que lançar mão do Regimento Interno e do dispositivo de fazer a convocação. Não me parece que o secretário está se negando a vir aqui. E mais do que isso, Srs. Vereadores: quero me dirigir ao meu Líder, Ver. Idenir Cecchim, porque nós precisamos valorizar as comissões internas, especialmente, no caso, a Comissão de Economia e Finanças e os Vereadores que têm assento na Comissão. Eu fui Presidente da CEFOR, o Ver. Cecchim sabe. Vejam o exemplo para mim que é mais evidente disso, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Janta: a planilha do Comtu e do transporte vinha para a CEFOR, ficava aqui na CEFOR seis, sete, oito meses, um ano, Ver. Paulinho, à disposição dos Vereadores. Lá estava o preço do combustível, o preço do pneu, preço disso e daquilo, e ninguém ia lá na CEFOR. A gente mandava *release* para a imprensa, e eu nunca vi a Dona Rosane de Oliveira ou qualquer outro colunista que adoram bater chegar e dizer: “Olha a planilha está lá, cidadão porto-alegrense”, Ver.^a Mônica, “Vá lá na Comissão de Economia e Finanças, veja o que diz a planilha do cálculo”.

Então, nós, Vereadores, precisamos começar a nos valorizar e também as comissões internas. Ao contrário, o que estão fazendo aqui? Estão dando palanque para um partido

que tem que ter todo o nosso respeito, mas que é minoritário, porque a sociedade assim quis, e aí nós ingenuamente vamos nos deixando tocar aqui. Convidemos, como foi convidado, o secretário; se ele se negar a vir e a prestar os esclarecimentos, aí a Câmara lança mão da convocação. Eu quero que os Vereadores compreendam que a convocação é o último refugio que nós temos para fazer valer as nossas prerrogativas parlamentares, e ela deve ser usada nesse sentido. Ela deve ser usada com sabedoria, não pode ser em qualquer momento. Ninguém – volto a dizer – está se negando a trazer as informações. Eu defendo, Presidente, que valorizemos as comissões temáticas da Casa, porque elas estão aqui para isso; exaurida a instância da Comissão, aí cabe fazer CPI, cabe fazer convocação, cabe botar fogo no circo, como o pessoal quer, mas não é o caso. Nós não vamos botar fogo no circo assim, na saída.

Então, eu estou encaminhando neste sentido, fazendo um apelo aos Vereadores, para que a gente faça um convite, como foi feito. Até sugiro ao Ver. Idenir Cecchim, e falo aqui com a anuência da minha bancada, para que a CEFOR faça uma reunião aberta aqui no plenário, convidando a sociedade, de um modo geral e a imprensa. Aí os Vereadores da oposição, do Partido dos Trabalhadores, do PSOL terão a oportunidade de formular as questões que quiserem. De novo, ninguém está se escondendo, mas eu volto a dizer que, em dois mandatos, eu nunca vi – e tem Vereadores muitos mais experientes aqui – nós fazermos convocações para secretários virem aqui fazer esclarecimentos, quando o secretário, de fato, está se colocando à disposição para vir aqui esclarecer as coisas. E que bom que, no âmbito da CEFOR, a gente vai poder escutar o Secretário Eroni e o Secretário Busatto, os dois. Vamos tirar essa teima, se é isso que nós queremos. Vamos tirar essa teima com os dois aqui, numa reunião no plenário, vindo todos e prestando os esclarecimentos necessários. Era isso o que eu queria dizer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Mauro Pinheiro: Presidente, estive conversando aqui com a Ver.^a Fernanda e também com o Ver. Cecchim, e sugiro que aprovemos a vinda do secretário sem marcar data. Dia 21 o secretário vem à CEFOR, e, se os Vereadores estiverem contemplados, não precisa o secretário vir novamente. Se não tiverem contemplados, já estará aprovado o requerimento e nós marcamos uma data para ele vir a esta Casa dar as explicações para que tenhamos mais transparência. Obrigado.

A Sra. Fernanda Melchionna: É isso, Presidente, depois quero falar novamente para rebater alguns argumentos estapafúrdios ditos nesta tribuna. Mas quero dizer que, conversando com o PMDB, com a Rede, com o PDT, com o nosso PSOL – e vamos seguir conversando no plenário –, a ideia é de que a gente possa manter a votação, aprovar a convocação, mas esperar a importante reunião do dia 21 na CEFOR, acompanhando a sua iniciativa. E já tendo aprovado a convocação, poder usar o instrumento, em março, se necessário for, evidentemente, não só para o atual Secretário, mas para o ex-Secretário também.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em relação a esse tema quero fazer algumas conclusões e algumas análises e dizer que a solicitação da Ver.^a Fernanda é pertinente, não descaracteriza a sua boa vontade, até porque eu tenho muita dúvida também sobre o relatório. Eu disse aquele dia aqui que eu tinha o relatório de 2015 completo, mas eu não tenho o relatório de 2016. Agora solicitei à CEFOR, à qual me passa às mãos o relatório do primeiro quadrimestre de 2016 e do segundo quadrimestre de 2016; portanto eu tenho aqui até agosto. Vou-me debruçar sobre isso para poder entender a questão do desleixo ou dessa bancarrota das finanças públicas do Município em relação a 2016. Em 2015 atingiu R\$ 231,2 milhões de superávit e chegou hoje a um patamar que estamos discutindo se é verdade se não é verdade, mas, sem dúvida é um valor muito alto em relação a 2015. Houve uma recaída completa, por isso eu aproveitei para dizer, Ver.^a Fernanda Melchionna, que eu vou votar contra, mas nem por isso tiro o mérito. Eu preciso dessa audiência pública da comissão no dia 21, estou propondo na comissão um requerimento para a presença do Secretário que foi o mais importante, não sei se positiva ou negativamente, que é Jorge Luís Tonetto, que foi secretário até o meio do ano de 2016. Tive uma informação extraoficial de que ele não quer vir a esta Casa; mas ele terá que vir pelas circunstâncias de legalidade de transparência, porque esse cotejamento é muito importante para todos nós, o que houve e o que existe sobre as finanças a partir de 2016 na Prefeitura de Porto Alegre.

Embora, Ver.^a Fernanda Melchionna, eu vá votar contra neste momento, eu acho que nós temos um momento importante dia 21, Ver. João Bosco, para que possamos entender o que está acontecendo. E aí me somo à iniciativa do Ver. Valter Nagelstein que devemos, sim, promover, fazer crescer, valorizar as comissões permanentes da Casa – elas são importante não só para analisarmos as questões da cidade, mas também o nosso dia a dia aqui no plenário. Às vezes um debate, uma audiência pública são muito mais importantes do que um projeto, que por vezes não tem constitucionalidade, e podemos debater esse aspecto na comissão. Vamos fortalecer as comissões, é o momento exato, quero estar presente, Ver. Valter Nagelstein, porque entendo que dia 21 nós poderemos questionar e ouvir o Secretário atual e os dois anteriores sobre o que houve realmente nas finanças da Prefeitura em relação ao Governo anterior. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos acompanham na tarde de hoje, nossos telespectadores, nossos ouvintes, a nossa saudação, um abraço a todos. Nós estamos votando um requerimento que está convocando o atual Secretário da Fazenda, meu particular amigo e colega Busatto, e também se está convidando para que participe conosco aqui o anterior Secretário da Fazenda, que foi sucedido pelo meu particular amigo e colega e companheiro de Partido, do PSD, o Eroni Numer. Portanto como estamos convidando o atual secretário, acredito que o momento é interessante; para nós não há problema, sei que o Eroni estará à disposição, e vamos votar favoravelmente.

Sobre o encaminhamento dado pela Ver.^a Fernanda com outros Vereadores, e eu estive junto, inclusive, quando nós conversamos sobre o assunto, de não marcar a data, até porque nós temos agora, no dia 21, a presença do secretário aqui na CEFOR, a Comissão que eu faço parte desde 1989. É bom registrar para ver o tempo que nós estamos por aí. E eu acredito que é uma bela oportunidade para todos os Vereadores e para a nossa comunidade se fazer presente na reunião, porque lá vamos tratar das questões das finanças do Município de Porto Alegre, como ela se comportou, como está

se comportando e qual é a previsão de futuro. Estou falando aqui em meu nome e em nome do nosso querido Ver. Paulinho Motorista. É importante, nós não temos nenhuma oposição à vinda do nosso secretário atual e muito menos do nosso secretário anterior, o amigo Eroni Numer. Estou falando também em nome do DEM, pede-me o querido Ver. Dr. Thiago. Portanto, acho que é um belo momento para discutir, sim, finanças públicas e compreender que a questão das finanças públicas de Porto Alegre não é um caso isolado que caiu e se embolsou aqui. Ela vem dos reflexos da economia nacional, estadual e municipal. E, se vamos ver, a esmagadora maioria dos Municípios brasileiros estão tendo uma situação bastante delicada, assim como está, e todo mundo sabe, o Estado e a União. Portanto, belo debate. Um abraço a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente e colegas Vereadores. Nós viemos de uma onda cívica no País, onda que, inclusive, retirou o Governo do PT depois de 12 anos. É uma onda cívica que clama por transparência, transparência das informações, das contas públicas. Nós tivemos um Prefeito que se elegeu com um dos motes que era “marque a transparência”. Então, acredito, colegas Vereadores, que seja do absoluto interesse da gestão municipal que o secretário venha até aqui explicar que contradição terrível é essa entre as informações do governo anterior e as informações do governo atual. Alguém está faltando com a verdade, alguém está mentindo. E nós devemos isso à cidade de Porto Alegre, nos devemos aos nossos eleitores, às pessoas que estão nos assistindo de casa; nós temos o dever cívico de discutir esses números para que a verdade venha à tona.

Então, em nome do meu partido, o PROS, eu vou encaminhar o nosso voto pelo sim, para que o secretário seja convocado e para que, nesse plenário, ele possa nos explicar. A minha tendência é acreditar na veracidade do que a atual gestão está dizendo. A minha tendência, Ver. Moises, é acreditar em tudo o que está sendo tido pelo Prefeito, na situação de nossas finanças, mas precisamos estourar esse “tumor”. Quanto mais transparência, colegas Vereadores, mais democracia; quanto mais transparência, mais

república; quanto mais transparência, mais interesse público. Eu tenho convicção, a mais absoluta convicção, de que é interesse do Prefeito que o secretário venha aqui explicar esses números, absolutamente, contraditórios. Senhores, alguém está mentindo para a cidade de Porto Alegre, e nós, como Vereadores, representantes deste povo de Porto Alegre, temos a obrigação de trazer a verdade à tona. É o meu encaminhamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. MAURO ZACHER: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Presidente, público que nos acompanha pelas galerias e pela TVCâmara, para que eu não seja cobrado, Ver.^a Fernanda, por falta de coerência, eu quero lembrar aqui que em 2012 – Ver. Nedel, você estava na Mesa Diretora comigo; V. Exa. era Vice, o Ver. Nedel era o meu secretário, o Ver. Ferronato era também secretário - enfim, tínhamos uma Mesa que produziu muito naquele ano de 2012. Uma das minhas sugestões naquele momento era uma série de alterações no Regimento, que surgiu na Mesa. Uma das propostas que nós fizemos naquela alteração, na qual não tivemos êxito na aprovação, o plenário rejeitou, era a criação de uma Sessão, Ver. Ferronato, específica para usarmos aquilo que é muito comum no Parlamento europeu, que é a Sessão de *accountability*, que nada mais é, Ver. Matheus, do que chamar aqui o Primeiro Ministro, que nós não temos, mas o Prefeito, os secretários para prestarem contas. A Casa tem o seu papel, a sua prerrogativa de fiscalizar, de cobrar; aliás, vieram outras sugestões, um projeto de planos de metas. Foi aprovado, enfim, essa a nossa missão. Claro que o governo que se elege custa a construir a sua base, mas não há alinhamento automático para isso. A nossa missão principal é fiscalizar, é cobrar. Parece-me, muitas vezes que, quando vem o Chefe do Executivo a esta Casa, ou um secretário, quando ele vem aqui e faz uma visita de cortesia, toma um cafezinho com alguns Vereadores, pergunta-se como está. Mas não vem aqui, justamente, para prestar contas daquilo que realmente é a sua missão no Executivo: executar. Então, nada mais útil, mais importante aqui... Não quero diminuir, porque as Comissões nesta Casa têm um papel importante, semanalmente estão

reunidas. O Ver. Cecchim já convocou, convidou o secretário para vir, eu espero que ele esteja presente, que faça aqui as suas exposições, e que nós possamos também, já que é colocada uma situação pelo governo anterior, do qual fiz parte, e por este governo, hoje, convidar o ex-secretário para que a gente possa fazer um bom debate, porque questões foram colocadas ao debate público. Uma delas, por exemplo, é que o Município estava em condições piores do que o Governo do Estado! Opa! Essa é uma questão que nos faz ter atenção à necessidade de uma reflexão e de um bom debate sobre o assunto.

Quero aqui sugerir, porque vou resgatar – e gostaria de discutir com os colegas Vereadores – que acho fundamental fazermos, deste plenário, a convocação de integrantes do Executivo, para que nós possamos aqui exercer permanentemente o nosso papel, que é a cobrança, que é a fiscalização, porque essa é a nossa função. As Comissões exercem esse papel, mas se nós pudéssemos ter, como era a nossa proposta, Ver. Ferronato, uma Sessão exclusiva, semanalmente ou mensalmente, chamando o secretário de saúde, de mobilidade, de habitação, enfim, de infraestrutura, este plenário teria um trabalho de cobrança, de fiscalização, e eu não tenho a menor dúvida de que esse bom debate ajudaria muito o Prefeito Marchezan a tocar a sua gestão, tendo o nosso apoio, e a sociedade poderia acompanhar, com transparência, através da TVCâmara, do plenário, enfim, das redes sociais, esse bom debate. Esse é o nosso papel, eu acho que esta Casa cresce no momento em que faz debates importantes, determinantes em relação àquilo que mais interessa aos cidadãos, àqueles que moram nesta Cidade, que são os serviços públicos, as obras, enfim, tudo aquilo que faz parte do nosso dia a dia.

Quero dizer que o PDT, Ver. Márcio Bins Ely, votará a favor. Entendemos que a convocação já feita pelo Ver. Idenir Cecchim é válida, as Comissões têm um belo papel, mas este plenário poderia aprimorar o seu rendimento tendo uma Sessão específica que não seja tratada como convocação. Aliás, o plenário tem o costume de só chamar quando acontece o problema, se há um escândalo ou uma denúncia. Não há necessidade de uma denúncia acontecer, vamos cobrar antes. Com isso, eu tenho certeza de que a Câmara estará exercendo o seu principal papel, que é a fiscalização e a cobrança, que é o papel de cada um dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras que se elegeram, porque os eleitores estão lá querendo resultado, querendo que a gente cumpra o nosso papel, e nada melhor do que seja feito aqui no plenário e que não há necessidade de reuniões lá

nos gabinetes. Fazemos aqui um debate aberto, transparente, porque tenho a certeza de que a Cidade ganha muito com isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhores, senhoras, vocês estão acompanhando, certamente, as manifestações do Prefeito Municipal sobre as finanças. Mas chamo a atenção, em especial, às manifestações do Prefeito Marchezan para os municipais e municipais. Tanto em reunião com a direção do Simpa, como nos jornais, o Prefeito diz que a tendência, já a partir de março, portanto, daqui a 20 dias, é acumular folhas de pagamento dos servidores até o final do ano. Isso significa começar o parcelamento ou o atraso de salários. Não é uma situação qualquer de conflito de dados que estamos vivendo. Estamos vivendo uma situação nunca vista em Porto Alegre que é os funcionários não receberem os seus salários! Isso pode significar a ponta do *iceberg* de redução brutal já dos parques investimentos na Cidade, redução de serviços públicos essenciais. Lembrem do debate que fizemos no final do ano sobre o orçamento do DEP, que já é um problemão na cidade de Porto Alegre, serviço malfeito, falta de manutenção, a Cidade alagada por qualquer chuva. Afora a sua iniciativa da CPI, Ver. Robaina, que quero elogiar e dizer que estou assinando, sobre as irregularidades do DEP. Só que o DEP teve o seu orçamento diminuído nominalmente de 2016 para 2017. Então a preocupação nossa não pode ser uma preocupação que nos permita somente lá no final do mês de fevereiro ouvir a primeira versão. Porque, Prof. Alex, colegas municipais, em março nós estaremos com problemas na iminência de acontecer de uma greve do funcionalismo municipal, paralisação de serviço e redução ainda mais predatória da qualidade de vida dos serviços na cidade de Porto Alegre. A situação é muito grave. Ou o Prefeito está blefando, para dizer que arrumou a casa, que poupou, ou a situação é muito grave. Eu quero acreditar que ele está com este diagnóstico. Quero acreditar que ele está de fato com este diagnóstico. Porém, se tem algo que não vai ser simples, vai ser a aplicação da fórmula nefasta do governador Sartori, na cidade de Porto Alegre, do governo Temer na cidade de Porto Alegre. As finanças estão mal? Tira direito dos

servidores, tira direito dos trabalhadores. Não tem problema, corta aqui – servidor pode pagar a sua cota de sacrifício. E de outro lado, privatiza, que é o que estamos escutando. Entrega, em fatias; do serviço não preciso, me desresponsabilizo. Esta fórmula é uma fórmula predatória da qualidade de vida! Nós estamos vivendo uma situação dramática no Rio Grande do Sul e na Nação também. Os déficits maiores de previdência têm a ver com a redução de emprego. A falta de investimento reduz o desenvolvimento. Todo tema, toda escolha de um estado mínimo ou de retirada de direitos desestimula o funcionário público, desestimula a sua qualificação, desestimula políticas públicas qualificadas. Porto Alegre, com essa fórmula, entra na linha do desastre que está acontecendo no Brasil e no Estado.

Então, eu quero, Ver.^a Fernanda, dizer que apoio integralmente, e estou encaminhando pelo Partido dos Trabalhadores, Ver Oliboni, Ver Adeli e Ver. Marcelo – o Ver. Comasseto nos acompanha pela internet –, dizer que nós achamos que tem que esquentar, qualificar e aproveitar o espaço da Comissão, porém, nós precisamos acelerar a vinda do secretário, acelerar esse debate público, chamando os responsáveis pela gestão anterior. Mas principalmente, para ser participativa, para ser dialogada, para ser democrática, a decisão que vai se tomar sobre onde cortar, o que cortar e como fazer.

O Prefeito, na última matéria de hoje, que leio: (Lê.) “Marchezan pede o corte de CCs a quatorze novos nomes que irão compor o quadro da Prefeitura”. Ele pede o corte, ele não determinou, mais do que isso, segundo a matéria, através do tal do Banco de Talentos, já foram selecionados para cargos 170 novos CCs. Ou seja, o Prefeito Marchezan está nomeando cargos comissionados um atrás do outro, dia após dia. Onde é que o Prefeito Marchezan vai enxugar se ele está com o diagnóstico de que vai ter que atrasar salário? Essa conta não fecha. Se não fecha, é necessário urgentemente que esta Câmara, para não ter depois que correr atrás do prejuízo, enfrentar greve, redução do serviço público, traga o Prefeito aqui, o Secretário da Fazenda, para fazermos um debate profícuo, propositivo, esclarecedor e que ajude a que essa decisão de onde cortar, de onde implementar seja coletiva, seja democrática na Cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, venho fazer um rápido encaminhamento para esta proposta no sentido de que nós – falo em nome da bancada do PSOL, Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Fernanda Melchionna – achamos pertinente a solicitação de alguns Vereadores para que aprovássemos, mas não marcássemos a data, acompanhássemos, na medida do possível, as discussões e debates que acontecerão na CEFOR. Infelizmente, as nossas Comissões não têm tanta abertura, as nossas Comissões não têm tanta visibilidade quanto os trabalhos em plenário e as nossas audiências públicas. É justamente por isso que a Ver.^a Fernanda Melchionna veio fazer esse requerimento, para que nós pudéssemos, como conjunto de Vereadores, trabalharmos em prol do esclarecimento com relação às contas públicas da gestão passada e da gestão atual. Justamente queremos ver a real situação financeira do nosso Município, transparência acima de tudo. Não podemos, simplesmente, aceitar passivos, como um conjunto de Vereadores que têm obrigação com relação a este Município, que dados contraditórios fiquem por assim mesmo. Nós precisamos de um esclarecimento. A Cidade precisa de um esclarecimento; portanto, uma audiência pública é fundamental para isso. Reitero que o trabalho das Comissões é importante e justamente por isso deve acontecer antes dessa audiência pública. Mas é obrigação de os 36 Vereadores desta Casa trabalharem em prol do esclarecimento das contas públicas e de dados que chegam até nós principalmente por veículos de comunicação. Vou citar mais um pequeno exemplo de dados contraditórios: existe uma grande quantidade de informações circulando pelos veículos de comunicação e pela internet acerca da previdência pública do nosso País, dados que são extremamente contraditórios. O Governo diz que há um déficit previdenciário neste País, um rombo na previdência, mas especialistas na área de auditoria reiteradamente se manifestam contra esses argumentos governamentais, afirmando que existem vários quesitos e não são levados em conta quando do cálculo das contas da previdência. Um exemplo é que ninguém coloca dentro do cálculo da previdência a arrecadação com o Cofins. Os artigos 194 e 195 da Constituição Federal determinam que exista, para o tripé de seguridade social – saúde, previdência e assistência social –, que a arrecadação do Cofins deveria entrar única e exclusivamente para essa finalidade. E nós temos superávit, levando em conta esses fatores. Portanto, nós acreditamos que os dados precisam vir a

público com o máximo de transparência para que a população de Porto Alegre e, em especial, os servidores públicos municipais se tranquilizem ou se apavorem. Queremos saber! Infelizmente não temos clareza nos dados que chegam até nós, e por isso essa audiência é fundamental.

Respondendo especificamente a uma colocação feita nesta tribuna pelo Vereador que me antecedeu: Ver. Valter, a oposição não quer colocar fogo, não quer colocar fogo em nada. Aliás, o único fogo que foi colocado foi no DEP ano passado, talvez para apagar algumas provas de problemas, malfeitos e mau uso do dinheiro público, esse foi o fogo que aconteceu na nossa Cidade, provavelmente para eliminar alguns documentos importantes. Uma boa tarde e esperamos que esta Casa aprove a audiência pública.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. DR. THIAGO: Na verdade, colegas Vereadores e Vereadoras, eu venho a esta tribuna externar, Ver. Cassiá, uma grande preocupação sobre as versões divergentes que nós temos observado dos ex-secretários e do atual secretário, que precisam ser colocadas na mesa, precisa haver um debate, talvez até uma acareação, mesmo que seja um termo um pouco forte, para saber o que efetivamente está acontecendo. O que eu aprendi na medicina é que só a partir do diagnóstico é que se institui tratamento. Nós precisamos saber o que está acontecendo para poder fazer um diagnóstico específico e esperar o tratamento adequado, senão nós vamos ficar, um dia, com a versão de um; outro dia, com a versão de outro.

Por isso, de forma transparente, eu acho muito importante a presença dos secretários – do secretário atual e do secretário anterior –, para que se possa fazer esse debate de ideias sem personificar, sem atingir a pessoa especificamente, mas para poder discutir as ideias. Nós precisamos saber, porque a sociedade tem nos cobrado, tem cobrado de mim, deve estar cobrando de vocês também, do conjunto dos Vereadores, o que é que está correto. Nós temos um problema estrutural ou um problema conjuntural? Essa é a nossa dúvida. O Município passa por um problema estrutural muito forte. É claro que nós sabemos que é preciso haver o enxugamento da máquina; é claro que nós sabemos que

é preciso diminuir o número de secretarias; é claro que nós sabemos que é preciso diminuir o número de cargos comissionados. Mas será que isso afeta a estrutura do Município? Ou será que só conjunturalmente, só a estrutura do momento, em face da má gestão, da dificuldade de gestão anterior é que nos faz passar por essa crise?

Vou citar um exemplo bem claro: nos dois últimos anos, os servidores da Fazenda, de nível superior e de nível médio estiveram nesta Casa. Os servidores de nível médio, reiteradas vezes, trouxeram uma dificuldade com o programa da Fazenda, o SIAT, que, efetivamente, não supria as necessidades do Município. Calculavam, em determinadas situações, que o problema, ou seja, aquilo que era possível arrecadar e que não foi arrecadado, chegava à monta de R\$ 8 milhões, R\$ 10 milhões por mês. Isso está certo ou isso não está certo? Então, eu acho que é fundamental nós trazermos aqui os dois secretários – o atual e o anterior; nenhum dos dois, certamente, vai ter a verdade absoluta, mas nós vamos ter caminhos para podermos nos orientar nesse sentido. Agora, nós não vamos poder, passivamente, ficar escutando dizer que os servidores vão ter dois meses, três meses de remuneração atrasada. Diversas coisas deverão ser mudadas. Essa situação não pode perdurar. Agora, só vai ser modificada a partir do momento em que se tiver o diagnóstico, professor. Se nós ficarmos com uma ou com outra versão eternamente, nós, certamente, vamos ter uma crise ainda mais aprofundada. Por isso, o Democratas votará a favor do chamamento dos secretários.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Presidente Cassio Trogildo, demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste, público das galerias; quero dizer, Ver. Cláudio Janta, que o requerimento da Ver.^a Fernanda Melchionna para trazer aqui o Secretário da Fazenda, nós, do bloco dos independentes, Ver. Cláudio Janta, concordamos e votaremos a favor – Ver. Tarciso, Ver. Dr. Thiago, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Airto Ferronato, Ver. José Freitas e Ver. Medina; o Ver. Pujol só não votará junto porque está em viagem para Brasília.

Nós temos escutado, ao longo desses trinta e poucos dias de Governo e antes mesmo, o próprio Prefeito falar das imensas dificuldades que o Município terá inclusive para pagar o salário dos funcionários públicos. Então nós temos essa preocupação de entendermos, até porque nós, Vereadores, quando estamos nas comunidades, somos cobrados sobre a real situação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Eu acho que é uma grande oportunidade para que o responsável pela Secretaria da Fazenda, que é a pessoa que tem os números do Governo, tenha a oportunidade de vir a esta Casa para mostrar quais são as reais dificuldades do Município, para que nós, Vereadores, possamos ajudar a buscar soluções. Acredito que virão vários projetos do Governo para esta Casa, e nós temos que saber quais as reais condições deste Governo, para que a gente possa votar esses projetos buscando soluções para a Cidade. Estão sendo extintos alguns cargos de secretários, e o Prefeito, quando esteve aqui na Casa, mesmo antes de assumir, disse que no prazo de 120 dias mandaria a nova estruturação das secretarias e o formato em que se dará o seu Governo. Nós temos que saber realmente quais são as condições financeiras do Governo, e quando esses projetos chegarem à Casa, sabendo a real condição financeira do Governo, poderemos tomar decisões de como votaremos esses projetos que estamos aguardando, dentro do prazo de 120 dias, sobre a estruturação do Governo. Hoje já estamos sendo procurados por diversas pessoas, diversas agremiações, querendo saber como tudo ficará. Nós queremos entender como, por exemplo, não havendo mais a SEDA, como ficará, como será esse departamento, quais as condições, qual a estrutura que vai ter, qual vai ser a política dos animais. O Ver. João Bosco Vaz é um Vereador que sempre atuou bastante no esporte, organizou as ligas de futebol. Já fui procurado por várias ligas que estão preocupadas como vão ficar as ligas de futebol. A Secretaria de Esporte não existindo mais, quem vai ser o responsável? Agora sei que já tem um coordenador do esporte, estive conversando com o Ver. Moisés, nós queremos discutir como vão ser estruturadas essas Secretarias. Como vai ser essa política? Quais os recursos que vão ter, porque a população já começa a se preocupar, nos perguntando como serão essas atitudes. Então, para que a gente saiba como vão funcionar as estruturas, como vão funcionar esses departamentos, a gente precisa desse prazo de 120 dias para que cheguem esses projetos, já que também estamos preocupados, estamos sendo cobrados, para que a gente possa discutir com a comunidade, com a população. Acho que a vinda do secretário já começa a nos dar uma dimensão do que vai ser a

estrutura que este Governo vai ter para com estes organismos, com estes diretórios de esporte, animais, cultura. Então acho que é uma oportunidade para o Governo começar a nos demonstrar como vai ser este Governo. Acho que o nosso bloco, formado pelos independentes, votará favoravelmente, Ver.^a Fernanda, para que a gente possa ouvir as explicações do secretário, dando a oportunidade de ele defender, bem como trazer o Secretário da Fazenda do Governo anterior, que é ligado, inclusive, ao PSB, que faz parte do nosso bloco para que a gente possa confrontar os números e entender melhor para, sim, a partir daí, podermos tomar as decisões necessárias, já que a população aguarda ansiosa como vamos nos comportar aqui na fiscalização do Município, principal função do Vereador. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Idenir Cecchim: (Lê.):” Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. Os líderes das bancadas do PDT, do PMDB, do PROS e do PR vêm comunicar a formação de bloco partidário para os fins previstos no Regimento desta Casa. Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2017. Assinam os Vereadores: Márcio Bins Ely, Líder do PDT, este Vereador, Líder do PMDB, Rodrigo Maroni, Líder do PR e Professor Wambert, Líder do PROS”. Está formado um bloco que será formado por esses partidos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Apenas, Presidente, quero deixar claro que o PSDB sempre foi, sempre será a favor da transparência. Mas queria deixar claro para a Ver.^a Fernanda Melchionna, por quem tenho muito respeito, que a bancada não votará favoravelmente somente por uma questão. Nós queremos ouvir o Secretário Busatto na Comissão, e somos a favor – disse isso no meu primeiro dia aqui, Fernanda – que as informações se esgotem pelos caminhos naturais. E acompanhando a linha de raciocínio do Ver. Valter Nagelstein e do Ver. Idenir, nós seríamos, talvez, muito mais abertos a convidar o Secretário, porque, na realidade, o Secretário nunca se negou em estar aqui, pois não há nada a esconder. Então, sobre esse formato de convocação do requerimento, nós votaremos “não”.

E também queria responder à Ver.^a Sofia: Vereadora, quando o Banco de Talentos – talvez a senhora não tenha compreendido a informação – diz que esta Administração selecionou 170 pessoas aptas a ocupar cargos de confiança, não significa que as 170 ocuparão os cargos, é uma seleção, indicando aos secretários e aos dirigentes pessoas que estão aptas, que passam na questão de não terem antecedentes criminais. Então, eles fazem uma seleção e entregam à Administração, às vezes, indicando quatro, cinco candidatos para o mesmo cargo. Ouviu, Vereadora? Então, eu só queria fazer esse esclarecimento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero saudar aqui o mais novo bloco da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, assim como o bloco independente. Eu fiquei três anos e oito meses como oposição independente dentro desta Casa. E é bom ser oposição, eu estava dizendo isso agora ao Ver. Bosco, e é bom encaminhar as coisas aqui nesta Casa. Várias vezes encaminhei para que viessem aqui nesta tribuna alguns secretários falar e dar explicações. E vieram aqui, por livre e espontânea vontade, o Secretário da Saúde, Casartelli, e o Secretário Tarso Boelter, e acabou, porque nós não conseguimos aprovar que o restante viesse aqui. Invadiram o pronto atendimento da Cruzeiro várias vezes, e não conseguimos aprovar que o Secretário de Segurança viesse aqui. A questão do DEP, nós só conseguimos trazer o secretário atual, porque veio de livre espontânea vontade, mas os demais nós não conseguimos trazer. Secretário da Fazenda – o Ver. Cassiá encaminhou muito bem aqui –, o Tonetto, que, no mesmo período do ano passado, Ver.^a Sofia, esteve na CEFOR – e lá eu estava –, o Seu Tonetto bateu a carteira dos fundos do Município, bateu a carteira mesmo! Ele pegou o Fundo da Criança e bateu a carteira. Pegou o Fundo do Idoso e bateu a carteira. Pegou o Fundo da Habitação e bateu a carteira. O Tonetto pegou todos os fundos e botou no caixa único do Município! E assim ele fez com algumas contas vinculadas, meteu no caixa único do Município. Só que, no ano passado, nesta mesma data, quando ele veio aqui – ele era o Secretário da Fazenda –, disse que,

provavelmente, em maio, a Prefeitura iria atrasar e fazer o parcelamento dos salários dos servidores do Município. No ano passado, o Tonetto esteve aqui e falou isso, uma receita que o Governo Sartori vem adotando há muito tempo. Não o fez porque tinha eleição, não poderia fazer. E as finanças do Município vêm muito mal. É sabido por todos que as arrecadações do Município vêm diminuindo. Falou-se aqui em acareação, em diagnóstico, falou-se de tudo. Vimos, no início do no ano passado, antes das eleições, o Governo desenhar finanças em azul! E aí se viu o Prefeito, aqui, pedir para a Câmara fazer a antecipação do repasse; vimos o Prefeito dando graças a Deus que ganhou uma ação na Justiça; vimos o Prefeito pedindo antecipação do IPTU, para poder sair da Prefeitura dizendo: “Eu paguei todos os salários em dia!” Mas a realidade da Prefeitura é vista a olhos nus! Desde de março está devendo a vários fornecedores! Então, não estamos aqui falando nenhuma mentira até hoje. É só perguntar aos fornecedores da Prefeitura, é só chegar no Conselho Municipal do Idoso e perguntar se tem dinheiro, se tem lá R\$ 1,8 milhão que era para ter no fundo do idoso.

Esta Casa aprovou o parcelamento da previdência patronal – foi dito que era patronal –, do Previmpa, pois não estavam pagando. E quanto estão devendo ainda para o Previmpa? Há trinta e cinco dias o atual Governo está na Prefeitura de Porto Alegre e está falando a verdade. Mas hoje em dia vemos vários subirem aqui e dizer: “Temos que chamar secretários aqui...” Por que os outros secretários não vieram aqui dizer como estava a Prefeitura de Porto Alegre? Por que os outros secretários não subiram aqui para dizer como estavam as obras da Copa que até hoje não saíram? Por que os outros secretários não vieram aqui dizer por que o Município não consegue sequer comprar geladeira para colocar nos postos de saúde? Por que outros Secretários não vieram aqui dizer que o Município iria atrasar o salário em maio do ano passado? De onde saiu o dinheiro para pagar de uma hora para outra? Por que o Secretário da Fazenda saiu no meio do ano, dizendo que ia fazer um curso no Exterior e anda por Porto Alegre para cima e para baixo? Que curso é esse? Então, eu acho que jogar tudo em cima da atual Administração, como estamos fazendo, em 35 dias de Governo, é um fardo muito grande. Mas Deus nos dá os fardos que podemos carregar, e vamos carregar um fardo. E a resposta que daremos para o povo de Porto Alegre será uma Cidade voltada às pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 023/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o Ver. Cláudio Janta e me inscrevi para fazer apenas dois registros. O primeiro deles é que votamos a favor de todas as convocações na outra Legislatura e achamos que não só é um direito da Câmara de Vereadores como também um dever dos Secretários, para que haja debate público sobre os temas envolvendo o Município de Porto Alegre. Nesse caso, Ver. Cláudio Janta, é uma convocação ao ex-Secretário, que tem, pelo Regimento, a figura do convite – no Regimento, o art. 4º fala em convocação – porque já não é mais Secretário, mas ele prontamente aceitou. E é estranho, porque eu esperava que a posição dos Líderes do Governo Marchezan fosse no sentido de querer marcar a data. Queremos combinar o dia desse momento tão importante para a cidade de Porto Alegre, ter o atual Secretário e o ex-Secretário no mesmo espaço e discutir uma guerra de informações que não foi a oposição que criou. Não somos nós que estamos dando dados diferentes sobre os milhões envolvendo o Município de Porto Alegre, o déficit ou o superávit do ano passado, foram as equipes econômicas.

Nós queremos aqui fazer esse registro e dizer que, além do mais, para nós, não é que seja fácil ser oposição, é o lugar que o povo nos colocou, a Bancada do PSOL, a Bancada do PT; somos a oposição aqui na Câmara Municipal como bloco de oposição. Hoje foram consagrados mais dois blocos na Câmara Municipal, mas nós gostaríamos de governar. Não só gostaríamos de governar como lançamos candidata, a Luciana Genro, que apresentou um programa ao Município de Porto Alegre, porque, senão, parece que é um fardo governar. Não entendo por que concorreram às eleições se, agora que ganharam as eleições, tudo é mais difícil, crise econômica não tem... Não! Nós falávamos nas eleições que ia ser um ano difícil, é preciso enfrentar a falta de repasse federal, estadual, entrar na Justiça para que o Governo do Estado mande os milhões que faltam para a saúde. Enfim, são temas envolvendo a arrecadação e receitas.

Por fim, eu queria falar para os Vereadores, Ver. Mauro Pinheiro, agradecer o apoio dos vários partidos que já registraram apoio à votação do nosso Requerimento: Rede, PSB, Vereadores do PMDB, PR, PRB, PROS, PDT, PT, obviamente nós do PSOL, esperando

que a Câmara aprove este Requerimento para que a primeira grande constatação de votações na 2ª Legislatura da Câmara não seja a falta de coerência. O Marchezan bateu na campanha inteira que a marca do seu Governo seria a transparência, então eu esperava mais, eu esperava que os Vereadores do Governo Marchezan marcassem a data hoje e não quisessem derrubar o nosso Requerimento. Saudamos a iniciativa da CEFOR, estaremos lá no dia 21, mas nenhuma iniciativa suprime a outra, senão não estaria no Regimento. É um debate meio inócuo se não houvesse as prerrogativas cumulativas dos espaços da Câmara para fazer esse debate importante.

Sobre as acusações estapafúrdias, acho que o Ver. Alex já as respondeu muito bem, o único que nós lembramos que pegou fogo foi o arquivo do DEP, então eu só gostaria que houvesse mais respeito... Isso nós não esperamos, mas que o Ver. Valter Nagelstein fale pelo seu partido, pelas suas posições, porque do PSOL entendemos nós, não ele.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 023/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.)
APROVADO por 21 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

O Sr. Valter Nagelstein: Sr. Presidente, compreendo que a convocação é uma ferramenta regimental que só existe no caso de haver um convite e a autoridade municipal se negar a responder o convite. De outra forma, é uma ferramenta usada somente para exploração política, e é isso que o PSOL fez e é por isso que eu voto “não”. Porque onde o PSOL estiver eu estou do outro lado. Muito obrigado.

O Sr. Mendes Ribeiro: Passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Sr. Presidente, votei ‘sim’ apesar de ter consciência de que é pouco tempo para o novo Secretário da Fazenda conhecer os gargalos da Administração Pública Municipal para convocá-lo, creio que, pela crise por que passa Porto Alegre e os demais municípios, não posso ir contra a um dos meus princípios, que é o da transparência na gestão pública.”

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Sr. Presidente, gostaríamos de informar que, a partir desta data, por um acordo feito na Bancada, a Liderança do Partido dos Trabalhadores será exercida pela Ver.^a Sofia Cavedon.

(Procede-se à entrega do documento.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLL nº 087/16. (Pausa.)

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLL nº 087/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Cassio Trogildo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 087/16 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.)

Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, votarei favoravelmente a este projeto. Eu já havia conversado com o Ver. Cassio Trogildo, dizendo que, há algum tempo, apresentei esse projeto; e esse projeto virou lei. É um incômodo: você vai ao Centro, deixa o carro no estacionamento, vai ao banco, volta em cinco minutos e tem de pagar trinta minutos. Eu fiz o projeto, que virou lei, e foi sancionado pelo Prefeito. Surpreendentemente, o Tribunal de Justiça disse que era inconstitucional e o derrubou. Mas o Ver. Cassio traz essa proposta, que é ótima, para que possamos, de novo, tentar disciplinar, pelo menos, o uso dos estacionamentos. O projeto que eu fiz lá atrás, que virou lei, que foi sancionado e que o Tribunal de Justiça derrubou ampliava para todos os estacionamentos da Cidade. Todos! Mas agora já é um avanço – 15 minutos –, porque, pelo meu projeto, verdadeiramente, se ficasse por 5 minutos, pagaria os 5 minutos, se ficasse por 10 minutos, pagaria os 10 minutos e não os 30 minutos que eles colocam lá – no mínimo, 30 minutos. Então, foi uma discussão judicial que eu acabei perdendo, não recorri, mas quero dizer, Ver. Cassio, que veio em boa hora, novamente, esta proposta para a Casa. V. Exa. conte com o meu voto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Valter Nagelstein, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos acompanha aqui nas galerias e também pela TVCâmara, vou tentar explicar um pouco do que estabelece o nosso projeto e também a emenda que encaminhamos depois – um pequeno resumo que fiz aqui. A proposta que ora encaminho para a apreciação dos nobres colegas tem o objetivo de uniformizar o modo de cobrança efetuado pelos estacionamentos particulares no Município de Porto Alegre. Atualmente a cobrança é prejudicial ao consumidor, que, na maioria das vezes, é obrigado a pagar por hora estacionada, mesmo tendo utilizado a vaga somente por alguns minutos. O que pretendo com esta proposição é que a cobrança efetuada pelos estacionamentos particulares corresponda aos serviços efetivamente utilizados pelos usuários, respeitando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quanto à cobrança de um tempo mínimo de uso. Ressalto que este projeto de lei não pretende estipular valores a serem cobrados pelos estacionamentos – não é isso que nós estamos estabelecendo –, tampouco pretende limitá-los, o que violaria frontalmente o princípio da livre concorrência. Ademais, garante que o usuário de serviço pague efetivamente pelo que utiliza e se encontre em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de típica relação de consumo, ou seja, paga por aquilo que consome! Se permanece por 15 minutos, por que vai pagar por 30 minutos de estacionamento?

Conto com o apoio dos Vereadores e trago, como exemplo para o projeto, uma iniciativa de Cuiabá, que foi aprovada, mas teve, num primeiro momento, uma liminar que a cancelou temporariamente. Essa liminar foi derrubada, e lá em Cuiabá, então, a cobrança está sendo feita de maneira fracionada. Logicamente, pelo País afora existem várias iniciativas semelhantes, algumas não exatamente com esse teor. Há decisões do STF que são contrárias, Ver. Bosco, mas, quando se estabelecia o valor, inclusive vinha com uma tabela de preços, especificando. O Ver. Moisés me mostrou uma decisão, aí fomos verificar, e a iniciativa estava determinando o valor a ser cobrado, o que é diferente do

que estamos propondo. Estamos propondo que haja o fracionamento: se usou por 15 minutos, que pague por 15 minutos; se usou por meia hora, pague meia hora.

Propusemos também uma emenda complementar ao projeto, entendemos que cabia no objeto do projeto uma complementação dessa iniciativa, entendemos que vai inclusive atrair os consumidores para os *shopping centers* da Cidade. Aliás, essa emenda está contemplando o que vários supermercados que funcionam em *shopping centers* já utilizam: quando o consumo chega a um valor dez vezes maior do que o valor cobrado pelo estacionamento, o consumidor tem a isenção. Logicamente, com o regramento – o Ver. Valter leu a emenda, não vou repetir – de que, para que se tenha direito a essa isenção, tem que se comprovar com notas fiscais emitidas no mesmo dia. Nós entendemos que, com a iniciativa do projeto, Ver. Cláudio Janta, também com a emenda, estaremos contribuindo para melhorar a relação de consumo entre os comerciantes e seus consumidores em Porto Alegre. O projeto visa estabelecer que seja pago exatamente, Ver. José Freitas e Ver. Tarciso, aquilo que está sendo consumido. Se, num *shopping center*, o consumidor fizer compras no valor de dez vezes o preço do estacionamento, que ele tenha a isenção. Parece-me, Ver. Matheus Ayres, que isso vai inclusive fazer com que se tenha mais consumo nos *shopping centers* da nossa Cidade. Muito obrigado, conto com o apoio das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores para que possamos aprovar nesta tarde este projeto de nossa iniciativa. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Quero aproveitar para referir a presença no plenário do ex-Vereador, atual Deputado Estadual, Pedro Ruas. Seja bem-vindo, Deputado Ruas!

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o João Bosco Vaz, nosso Vereador, que já teve a experiência de propor uma lei parecida que foi até o tribunal, e sabemos que vai acabar acontecendo isso, mas temos que falar aqui aquilo que a Cidade pensa. Então quero cumprimentá-lo pelo projeto. Nós temos a obrigação de ser o eco da sociedade. Ninguém mais aguenta o império dos estacionamentos. Não é só nos *shopping*; na PUC ou em qualquer lugar é a mesma

coisa. O estacionamento virou o item número um do lucro. Vocês lembram quanto custou o estacionamento no Acampamento Farroupilha? Sem nota, sem seguro, sem nada, num espaço público! Nós temos que cuidar dos estacionamentos que nos exploram, entre parênteses, legalmente ou regularmente, e daqueles que existem por aí, sem nota, sem seguro, sem nada; dos achacadores de todos os dias, os flanelinhas. Eu acho que essa lei é muito boa para fazer com que quem detém um grande espaço para explorar o estacionamento regularmente, como no caso de *shopping*, clubes e de outras grandes estruturas... É claro que todos precisam sobreviver, mas estamos tratando aqui só dos abusos, ninguém quer isenção do estacionamento. Quando se propõe que, em caso de haver 300% do gasto do estacionamento, deva ser liberado o valor, não sei de quem é essa emenda, eu acho que é pago, é um percentual do que se comprou... Mas vou votar a favor do projeto, Ver. Cassio Trogildo, para levantar a voz, o que todos nós deveríamos fazer sobre o abuso dos estacionamentos na cidade de Porto Alegre, sejam eles quais forem: os regulares, os irregulares, os achacadores – que são os flanelinhas e mais outros tantos. Por isso todos nós temos que ficar atentos para darmos um basta nessa exploração. Como se não bastasse a falta de segurança, há também o achaque dos estacionamentos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu me compadeço com os valores dos estacionamentos, que, de fato, são bastante elevados no município de Porto Alegre. O mais importante a refletir é, primeiro, saber que não cabe a nós do Legislativo determinar como é que uma empresa privada deve cobrar seus clientes, ou se deve cobrar ou não; ou estaremos afrontando o princípio da livre-iniciativa, ou mesmo o da forma, onde não caberia ao Legislativo Municipal, mas, sim, a outras esferas de Poder versar sobre esse tema. O STF já se manifestou sobre o fracionamento, que é o projeto original, que é fracionar de 15 em 15 minutos; também se manifestou já sobre situações semelhantes a essa emenda, e todas elas julgando inconstitucional a matéria.

A iniciativa de proteger o consumidor é louvável. Acho muito importante que a gente discuta isso, que a gente reflita sobre isso, porém não podemos pecar pela forma com que nós vamos fazer isso. A partir do momento em que a gente tolhe das empresas a liberdade de elas decidirem como vão cobrar, como vão conduzir seus negócios, nós estaremos interferindo numa esfera que não deveríamos, por mais que achemos que o preço do estacionamento é caro. E aí eu trago um exemplo de Porto Alegre mesmo, onde essa liberdade de atuação no mercado se faz presente, beneficia os consumidores e pune as empresas que optam por fazer de forma diferente. Temos o Shopping Iguatemi e, logo em frente, o Shopping Bourbon Country. No Bourbon Country tem o supermercado, e lá, se você consome acima de um determinado valor, você recebe isenção. O que, tipicamente, eu faço? Estaciono no Bourbon Country para ir ao Iguatemi, faço minhas compras e assim isento meu estacionamento. Essa é a liberdade que um consumidor tem hoje. Outro ponto importante: quem vai pagar se nós colocarmos numa lei? Por mais que ela passasse e fosse adiante, onde não dá liberdade para a imprensa cobrar estacionamento, esse estacionamento tem um custo, e esse custo não desaparece a partir do momento em que a gente assina uma regulamentação aqui na Câmara Municipal. Esse custo vai passar para as lojas, ele vai passar para os produtos? Em algum momento, talvez em outra parte do processo, o consumidor vai acabar pagando de qualquer forma o estacionamento. Estamos apenas alterando em que momento no processo de compra ele vai pagar por aquele estacionamento.

Portanto, não existe estacionamento gratuito, alguém vai arcar com o custo. Considero que este projeto, por mais que haja boa iniciativa... E é louvável a gente olhar para a defesa do consumidor, concordo que os preços dos estacionamentos são elevados, mas acho que não cabe à Câmara Municipal fazer uma legislação desse tipo, que vai tolher a liberdade da livre-iniciativa, tolher a liberdade da propriedade privada, de como vou escolher gerir meu negócio e definir os preços, a forma de pagamento e tudo mais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, muito já se debateu sobre a questão dos estacionamentos nos *shopping centers*. Ao longo desses anos em que estou na Câmara, já passaram os mais variados projetos de lei aqui. Só que nós temos uma farta legislação federal que diz que, em termos de economia, de comércio, a legislação é federal, nem o Estado, nem o Município podem legislar de forma concorrente, não têm esse poder, até porque nós também estamos adentrando numa esfera da iniciativa privada. Este projeto é inconstitucional, votarei contra, farei uma declaração de voto e vou explicar para as pessoas que me perguntarem por que eu votei contra. Até porque nós já ouvimos agora, de forma cristalina, pelo Camozzato, que alguém vai pagar a conta. Se o estacionamento não for pago e o comerciante vai ter que pagar, ele vai embutir no preço das mercadorias. Nós temos um empreendedor aqui, Ver. Mauro Pinheiro, que tem um mercado na Zona Norte, imaginem que ele vai expandir o mercado, não vai cobrar estacionamento, mas vai cobrar nas mercadorias que vender. Não vamos nos enganar, gente! Vamos fazer um verdadeiro debate, mas também não vamos aqui...

Eu vou um pouco na linha que o Matheus colocou na sua primeira intervenção, de que temos que fazer um diálogo. Eu li o projeto e, como diz Drummond, para fazer diálogo, temos que ouvir o que o outro fala. Para a gente mostrar o que pensamos, o outro tem que ouvir. Não vou acompanhar o nobre Vereador no seu projeto. Provavelmente já votei vários projetos do Vereador. Não sou daqueles Vereadores que dizem: “Se é dele, eu não voto, porque ele não vota no meu.” Não, há vários projetos meus que os senhores e senhoras podem votar contra, não tem problema, isto é um debate, é um parlamento. Aqui não tem essa de votar a favor e depois... Aqui tem muito disso, Ver. Wambert, V. Exa. é um douto jurista, muitos votam contigo aqui, aí o Prefeito tem que vetar, e os mesmos que votaram a favor vão derrubar o veto. Não vamos nos enganar, o projeto é claramente inconstitucional. Inclusive, faremos grandes debates este ano sobre a questão de constitucionalidade. Pela primeira vez, Ver. Dr. Thiago, vou estar com V. Exa. na Comissão de Constituição e Justiça, que é um bacharel, eu sou apenas um acadêmico. Nós vamos debater muito essas questões, e, se alguém votar contra algum projeto meu porque é inconstitucional, é um direito que as pessoas têm. Eu vou defender aqueles que acho que têm constitucionalidade, têm base para isso. Então, respeitosamente, caríssimo Presidente, hoje eu não vou acompanhar Vossa Excelência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Adeli tem razão: a União regula, em partes, a questão do comércio. Só que nós não estamos falando em comércio, nós estamos falando no que cabe ao Município, que é o estacionamento. O produto principal do *shopping* é alugar as lojas. Os *shoppings*, quando se instalam em Porto Alegre, em nenhum momento, são estacionamentos; eles são um centro de compras, e o principal produto deles é o aluguel das lojas, o principal produto deles é atrair o consumidor para comprar roupa, para a praça de alimentação, para os entretenimentos, como os cinemas, esse é o principal produto dos *shopping centers*. Cabe, sim, ao Município regulamentar as áreas de estacionamento. Eu acho que este projeto está indo ao encontro do interesse da população. Tu não podes chegar num estacionamento, parar o teu carro para ir trocar um produto ou buscar alguma coisa, e aí tu chegas lá e tens que pagar o que cobra um estacionamento: R\$ 18, R\$ 20, R\$ 30. Eu acho que este projeto ajuda e é da vontade, do desejo da população de Porto Alegre. Como o principal produto do *shopping* é o aluguel das lojas, é o consumidor, é o consumo, é ter o espaço da loja, eu acho que, se a pessoa consome na loja, ela pode e deve ter desconto no estacionamento, que, muitas vezes, não participa do rateio dos lojistas. Eles participam de vários rateios, como no Dia das Mães, no Natal. O pequeno lojista paga um valor, a loja-âncora não paga quase nada, e por aí vai. Então, o estacionamento, já que é uma área comum, é de todos, eu acho que é mais do que justo que aquele pequeno lojista, aquele restaurante, o seu cliente tenha um desconto no estacionamento.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Janta, muito bem colocado! Eu queria registrar que essa é a minha opinião há longa data. O *shopping*, como equipamento, tem que promover, incentivar que o consumidor vá até o local. Nada mais justo, já que ele ganha nas lojas, nas vendas, do que ele oferecer esse

desconto, sim. Então, queria só deixar meus parabéns, V. Exa. colocou da forma como eu penso, resumida.

O SR. CLÁUDIO JANTA: E é uma vontade de centenas de lojistas de *shopping centers* dar esse desconto, poder dar ao seu consumidor esse agrado, esse mimo, essa cortesia, e são proibidos, pelos próprios *shopping centers*. Então eu acho que este projeto do Ver. Cassio Trogildo está fazendo uma justiça, está atendendo a uma reivindicação da população de Porto Alegre, principalmente das pessoas que frequentam o Centro de Porto Alegre, das pessoas que frequentam a região de hospitais em Porto Alegre, onde, muitas vezes, vão visitar uma pessoa e pagam a hora cheia. Então nós encaminhamos, em nome do nosso partido, pela aprovação do projeto e aprovação da emenda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16, por cedência do Ver. Luciano Marcantônio.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, volto a esta tribuna porque me parece que, em função da emenda, dois assuntos muito semelhantes acabaram fazendo uma pequena confusão. Eu já encaminhei, inclusive, a retirada da emenda, para que possamos tratar do objeto principal do projeto, e vou apresentar a emenda enquanto projeto também. Eu queria especial atenção do Ver. Camozzato e do Ver. Adeli, que trataram aqui da questão da livre-iniciativa e da intervenção. Eu entendo que o projeto, originalmente, do fracionamento do tempo, é exatamente o que eu coloquei na minha primeira intervenção, é o consumidor pagar exatamente por aquilo que está consumindo. Isso vale para todos os estacionamentos. Hoje, você vai ao Centro da Cidade, paga uma hora muitas vezes e fica 15 minutos. Alguns até fracionam em meia hora, mas, se você ficar 15 minutos, não é constitucional, vão me desculpar, que um serviço seja pago pelo que não é entregue. Essa não é uma relação constitucional. O consumidor precisa ter entregue e pagar pelo que recebe. Acho que gerei uma certa confusão tendo misturado a questão da isenção dos *shopping centers*, portanto vou retirar a emenda. Achei que dava para tratar das duas coisas no

mesmo projeto, mas me equivoquei; vou retirar a emenda e apresentar enquanto projeto para que a gente possa então tratar especificamente da isenção dos *shoppings* a partir do consumo de dez vezes o valor do estacionamento. Parece-me que é similar, mas não é a mesma coisa, gerou uma confusão.

O Sr. Professor Wambert: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Vereador, o Ver. Cláudio Janta colocou há pouco, também, que nós estamos tratando não de comércio, como foi dito aqui pelo Ver. Adeli Sell, com toda vênia a minha discordância, mas o estacionamento é serviço, inclusive tributado como serviço; então é da nossa competência tratar do tema, sim, na medida em que não estamos tratando da atividade comercial do *shopping*, mas da prestação de serviço que é o estacionamento. Seria só um aparte.

O SR. CASSIO TROGILDO: Perfeitamente. Inscrevi-me para discutir novamente só para facilitar o entendimento.

O Sr. Aldacir Oliboni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Ver. Cassio Trogildo, eu estava muito declinado a votar a favor do seu projeto à medida que V. Exa. apresenta a Emenda nº 01, que continua isentando os cidadão e cidadãs por 15 minutos. Olhem só: se tu vais ao hospital deixar um paciente, tu demoras no mínimo dez minutos – vão taxar agora, não dá. Se vai ao Bourbon, vai fazer uma troca, são 15 minutos, tu não pagas hoje; pelo que V. Exa. está dizendo, retirando a Emenda nº 01, os cidadãos vão passar a ser taxados nos 15 minutos. Eu acho que não, que tem que continuar a isenção dos 15 minutos, mas, a partir dos 15 minutos, eu concordo com Vossa Excelência. Eu estava lendo a Emenda nº 01, ela nos garante a isenção; agora, V. Exa. está dizendo que vai retirar a Emenda nº 01.

O SR. CASSIO TROGILDO: Não, desculpe-me, Vereador. A emenda não trata da isenção dos 15 minutos. Os *shopping*, hoje, são obrigados a dar 15 minutos de isenção por uma outra lei vigente na Cidade. Na minha lei, a Emenda nº 01 não mexia nisso; ela trabalhava com a possibilidade de isenção total do valor do estacionamento em *shopping centers* a partir do consumo de dez vezes o valor do estacionamento. Eu estou retirando a

emenda para facilitar o entendimento da parte que eu entendo, neste momento, como principal do projeto, que é a entrega e o pagamento pelo que for entregue como serviço. Hoje qualquer estacionamento da Cidade cobra pelo menos 30 minutos, alguns cobram uma hora como período mínimo. Então, na relação de consumo, você não pode pagar mais do que aquilo que lhe é entregue. Então estou simplificando o projeto como a iniciativa original para facilitar o entendimento neste primeiro momento.

O Sr. Mendes Ribeiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassio, quero cumprimentá-lo pela proposição. Acredito que tua ideia é boa, pois quer colaborar, mas tenho uma dúvida quanto a este projeto. Não vou votar favoravelmente por entender que o projeto vai encarecer ainda mais o preço abusivo que os estacionamentos cobram. Acho que os 15 minutos fracionados valerão ao que equivale uma hora hoje. Então, tenho esta dúvida dentro de mim, por isso não vou acompanhá-lo.

O SR. CASSIO TROGILDO: Entendo a sua preocupação, Ver. Mendes, mas o consumo, no geral, na livre-iniciativa, é regulado pela lei da oferta e da procura. Então, não adianta cobrar muito caro por um período pequeno que não vai haver consumidor disposto a usufruir desse serviço. Há uma lei que não podemos mudar: a lei da oferta e da procura – essa é a que regula o mercado. Só estamos tentando regular aquilo que é da nossa capacidade, que é fazer com que o consumidor pague por aquilo que lhe é entregue. Eu não posso concordar que o consumidor fique 15 minutos e pague por meia hora ou por uma hora.

A Sra. Comandante Nádia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada. Queria só colaborar dizendo que, a partir de 16 minutos até 4 horas, o preço é único. Então, se a pessoa ficar 16 minutos em um *shopping*, é obrigada a pagar o preço único – é isso que acredito que o Ver. Cassio está falando hoje. Se a pessoa ficar uma hora, ela tem que pagar por uma hora. Hoje ela fica uma hora e paga por quatro horas. Então, acredito que isso, sim, temos que trabalhar nesta questão. Vou votar favoravelmente, obrigada.

O SR. CASSIO TROGILDO: E principalmente nos estacionamentos que não estão em *shopping centers*, nas áreas de maior procura na Cidade, como no Centro, algumas zonas de comércio, não existe estacionamento fracionado em menos que 30 minutos. Espero ter contribuído mais uma vez no esclarecimento do debate, em especial, Vereadores Camozzato e Adeli, que trabalharam com a questão da livre-iniciativa e da inconstitucionalidade, acredito que, com a retirada da emenda, tratando-a como outro projeto, fica a parte do fracionamento que trabalha com o direito do consumidor, Ver. Dr. Thiago, que é pagar por aquilo que se usufrui. Não vejo como coerente que um consumidor seja obrigado a pagar por 30 minutos ou uma hora se consumir só 15 minutos do serviço de estacionamento.

O Sr. Felipe Camozzato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassio, acredito que, de qualquer forma... De repente, uma sugestão aos estabelecimentos de estacionamento: seria mais adequado, até para poder dar liberdade de que, no Centro, um cobre os 30 minutos, os outros cobrem uma hora, e assim se diferencie. Permita discordar, eu acho ainda que a liberdade dos estabelecimentos decidirem como cobrar seria importante.

O SR. CASSIO TROGILDO: Desculpe-me, Ver. Camozzato, logicamente que a iniciativa do projeto é diferente disso, o senhor está propondo que continue do jeito que é. Eu volto a dizer: não se pode cobrar por aquilo que não é entregue, isso é quase que um calote, você cobra por 30 minutos, e o consumidor... Isso é mesmo coisa que fazer venda casada, que também é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor, é mesma coisa você querer comprar um gênero de primeira necessidade e lhe obrigarem, pela questão da livre-iniciativa, a consumir alguma outra coisa embutida. Mas respeito a sua opinião. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores, esta discussão é muito boa, porque ela vai delimitar as nossas diferenças, inclusive ideológicas. Eu quero fazer uma pergunta aqui a quem nos ouve: será que é possível, em 30 minutos, alguém que ganhou um presente ir até um *shopping center*, estacionar o seu carro, descer do seu carro, ir até a loja e efetuar a troca, ir até o guichê e validar o seu *ticket* e sair do *shopping*? Faço esse desafio. O Ver. João Bosco Vaz ganhou um presente de Natal e deseja trocar, vai até o *shopping center*, qualquer um deles, estaciona o carro, desce do carro, vai até a loja, efetua a troca, vem até o guichê, valida e sai em 30 minutos? Eu quero afirmar aqui que é impossível. Até porque, entre outras questões – por economia interna dos *shopping centers*, aí é um direito deles –, eles estabeleceram uma metodologia que é a seguinte: os pontos de validação dos *tickets* têm que estar de tal forma distribuídos, que a pessoa tenha que percorrer todo o *shopping* para chegar no ponto. Porque, entre outras pesquisas, aqueles que trabalham com isso verificaram que grande parte do consumo se dá por impulso, então, fazem com que o cliente ande pelo *shopping center*, aí ele se sente provocado, passando por uma vitrine, a comprar. É uma política do *shopping*, até aí tudo bem.

Aí é que está a minha diferença, por exemplo, da fala do Ver. Felipe Camozzato, e a nossa diferença ideológica. O princípio da liberdade, para mim, não é o princípio absoluto; o princípio da liberdade está sempre sendo ponderado com outros valores. Por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor estabelece limites ao princípio da liberdade. E assim é inclusive nas grandes economias capitalistas do mundo. Eu dou um exemplo da década de 1930, nos Estados Unidos da América: a família Rockefeller ia virar a dona do petróleo na América, ela tinha o monopólio do petróleo nos Estados Unidos da América. O governo americano foi lá e cindiu o monopólio daquela família em sete empresas e formou as sete irmãs, para quê? Para estimular a competição, para evitar o monopólio, para evitar o truste, para evitar o oligopólio, todos esses fenômenos que o próprio estudo e a economia nos mostraram que o capital, na verdade – pelos próprios estudos de Adam Smith e outros –, tem, uma tendência de acumulação de valor, então é preciso que se estabeleçam limites. É óbvio que, quando eu estabeleço esses limites, eu não vou na linha, por exemplo, do PSOL, porque aí eu estou entre um e outro. Porque o PSOL e o PT defendem quase que a interferência absoluta do Estado, quando a gente trabalha na

estatização dos meios de produção, enfim, outras questões, é a participação total do Estado.

Então, não é nem um lado nem outro, aqui o que eu estou tratando é o seguinte: é o direito do consumidor. Qual era o negócio originalmente do *shopping center*? E está aqui o nosso Omar Ferri Júnior, que foi o criador do Procon de Porto Alegre. Lojas, prestação de serviços não era estacionamento. Novamente, se eu for à Europa ou se for aos países de capitalismo desenvolvido, eles não têm no estacionamento o seu *core business*, como a gente chama, o foco do seu negócio não é esse. Aí os *shopping centers* descobriram que poderiam criar estacionamento, e até o Cemitério João XXIII hoje está explorando estacionamento em Porto Alegre. É para ver o absurdo a que chegou isso. Então, é nesses momentos que a política serve de refúgio ao cidadão na proteção do seu direito. Eu até fiz uma emenda aqui, porque não compreendo a questão que o Ver. Adeli Sell tratou aqui. Acho que ele se equivocou. Isso não é inconstitucional. Vou dar um exemplo do que é inconstitucional. Inconstitucional é uma lei que esta Câmara aprovou no final do ano passado e que proíbe a venda e a comercialização de fogos de artifício em Porto Alegre. Se isso é um bem lícito, se a Constituição não proíbe, se isso é regulado, inclusive, pelo Exército brasileiro, como vamos banir da cidade de Porto Alegre a venda e a comercialização de um bem que é lícito? Isso é inconstitucional. Um outro projeto de lei que vale aqui e que é inconstitucional é aquele que proíbe e ofende o princípio da livre-iniciativa aos donos de postos de combustível, quer dizer, que obriga os donos de postos de combustível a verificar se o cara que comprou a bebida no posto vai a consumir ali mesmo ou vai levá-la para casa. Mas, se a bebida é lícita no nosso País, se se pode chegar ao posto de combustível e comprar, como é que vamos punir o dono do posto se o cidadão sair ali na rua e beber? Isso deveria ser obrigação da EPTC fazer *blitz* na rua e ver se o cara bebeu e está dirigindo, mas não do dono do posto de combustível! Isso ofende o princípio da livre-iniciativa e é inconstitucional! Esses projetos são inconstitucionais.

Agora, isso aqui de dizer... Ao contrário, nós estamos protegendo o consumidor. Eu acho que 15 minutos é inclusive muito pouco tempo para gratuidade, porque nem o Usain Bolt, que é o recorde mundial de velocidade, consegue entrar dentro de um *shopping center*, fazer alguma coisa que tenha que fazer, ir ao guichê validar o seu *ticket* e sair em 15 minutos! Não consegue! Então, teria que ser mais tempo, porque é do interesse do

shopping as pessoas irem lá. Mas é essa liberdade que quero que os meus caros e diletos colegas Vereadores compreendam, que não é o princípio da liberdade absoluta. Essa liberdade está sempre vinculada ou sempre condicionada ou sempre encontrando como limite alguns outros valores, no caso o interesse público, no caso o direito do consumidor. E é por isso que precisamos preservar aqui o direito do consumidor. Se só um *shopping center* estivesse cobrando isso, mas virou um monopólio em Porto Alegre! Todo mundo está cobrando! E aí o cidadão vai lá para fazer uma troca e tem que pagar o que hoje é 15% ou 20% da receita do *shopping*, que é o estacionamento. Isso é um desvirtuamento, meus caros colegas! Não deveria ser assim! Estão desvirtuando um princípio, inclusive aquele de que sou absolutamente favorável, que é o princípio da livre-iniciativa, que está sendo mal empregado nesse caso. O princípio da livre-iniciativa não pode subordinar a ele um valor que é maior do que ele, que é o do direito do consumidor. Portanto, lamento que o Vereador tenha tirado a emenda, porque eu apresentei uma emenda para estender de 15 para 45 minutos de gratuidade. Como ele retirou a dele, a minha também fica prejudicada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 087/16.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta, que assinou contrário à existência de óbice na CCJ e permitiu que um projeto meu, também tratando desse tema...Tenho dois projetos tramitando sobre esse tema. Acho que nós temos aqui um diagnóstico comum, Ver. Oliboni, de que há, sim, uma atividade econômica extremamente abusiva, que é a exploração de estacionamentos. Ela é abusiva, a lei do mercado não a corrige. Em casos graves como o da saúde, em que V. Exa. trabalha, não tem oferta e procura, a pessoa entra em desespero, precisa ir para a emergência, Ver.^a Mônica, e a emergência é do SUS – são pessoas que têm menor poder aquisitivo –, e pagam horrores para levar o seu filho, seu pai, sua irmã, sua esposa para um atendimento de emergência para salvar a vida. Isso também ocorre em hospitais privados. E, depois, para tirar o carro, pagam muito dinheiro, porque emergência leva seis, sete, oito, dez, doze horas, se

não mais, para fazer o atendimento. Então, estou falando de uma situação aguda, mas tem a situação da sobretaxação do consumidor. E aí, Ver. Wambert, é o caso dos serviços do *shopping*, em que sofremos duas taxações. Por quê? Porque o preço do produto no *shopping* é mais caro por ser dentro de um *shopping*, porque tem estacionamento, condomínio, ar-condicionado. Então, não existe gratuidade, tudo está embutido no custo do *shopping*, que é repassado para o lojista, assim como para o consumidor, que paga por isso no produto e paga duplamente no estacionamento. Então todos nós temos esse diagnóstico no comum.

Acho que temos que tentar forçar, sim, Ver. Cassio, os limites – o Ver. Adeli está estudando, inclusive, Direito, já atuou na SMIC e trabalha muito com a ideia dos parâmetros legais. Mas eu acho que temos que alargar esses parâmetros e forçar a barra, porque nós, Legislativo, sabendo desse diagnóstico e, sabendo desse diagnóstico, sabendo que consumidor está sendo lesado, precisamos tentar, no mínimo, produzir uma nova consciência. E respalda-nos o Código de Defesa do Consumidor. A Constituição Federal de 88 concedeu ao consumidor *status* e direito fundamental, e o Código do Consumidor de 90 deu uma previsão constitucional desse direito, regulamentando, buscando igualdade jurídica onde há desigualdade econômica, que é disso que se trata. Há uma desigualdade econômica importante entre o consumidor e o dono da loja, o dono do produto, que comercializa o espaço físico, no caso, para estacionamento.

O Ver. Cassio está retirando a emenda, e o meu projeto de lei, que é do final de 2015, propõe, nos *shopping centers*, gratuidade nos 50 minutos do veículo no estacionamento; depois, no máximo, de seis horas no centro comercial, e aí, conforme o seu consumo, ele poderá chegar à gratuidade. Eu propus que, além do dobro que é comumente cobrado no estacionamento, gastou no *shopping*, não tem cobrança no estacionamento. Em relação a esse projeto de lei, a CCJ, por unanimidade, rejeitou. Ele foi arquivado pela posição legalista da CCJ, que tem dois pesos e duas medidas. Eu espero que, em 2017, esta nova Legislatura não proceda dessa maneira. Nós sabemos que a lei não é nítida o suficiente na maioria dos casos, quer dizer que há muitas interpretações do texto legal, e nós gostaríamos que a nossa Comissão de Constituição e Justiça pudesse estar atenta às demandas do consumidor e não matar iniciativas que podem produzir um novo momento, um novo pacto na Cidade só pela iniciativa, pela tramitação, pelo debate que a Casa produz.

Eu quero dizer, portanto, Ver. Cassio, que apoio, sim, este fracionamento de 15 minutos. Já me ocorreu de entrar no estacionamento, por exemplo, para ir à Secretaria da Juventude, ali onde é a SMED, eu estacionei, entrei no prédio, a menina da portaria me disse que ali não era mais a Secretaria da Juventude, saí e paguei R\$ 10. Não foram nem três minutos ao chegar até a portaria, quando me disseram que não era mais ali. Não houve tolerância nenhuma, tolerância zero. Então é necessário avançar nisso. Espero que nós possamos ter profundidade e muita parceria para avançarmos no tema da saúde, Ver. Cláudio Janta, V. Exa. ajudou com este projeto na CCJ, e eu quero lhe agradecer por ele seguir tramitando. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já conversei com o Ver. Cassio Trogildo, autor do projeto de lei que está sendo debatido, sobre uma preocupação que tive. Visto que o Vereador pretende retirar a Emenda nº 01, que amplia isenções para 45 minutos, a minha preocupação se deu pela leitura do projeto original. O inciso II diz: “Afixar, próximo à sua entrada, placa com dimensão de, no mínimo, um metro quadrado, informando os valores devidos por permanência de 15 minutos”. Acontece que nós temos essa isenção, pelo menos nos *shopping centers* da Cidade, e aí eu pedi que o Ver. Cassio Trogildo fizesse essa correção.

O Sr. Cassio Trogildo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, quero lhe agradecer pelo zelo e cuidado de ter nos chamado a atenção para esta questão. Volto a frisar que tanto a nossa lei quanto o projeto não mexem na isenção que existe para toda a Cidade nos primeiros quinze minutos. Mas queria lhe agradecer, já fizemos a emenda, será apregoada daqui a pouco, a Emenda nº 02, que corrigirá o § 2º, que passará a ter a seguinte redação: “Afixar, próximo à sua entrada, placa com dimensão de, no mínimo, um metro quadrado, informando os valores devidos por permanência a partir de 16 minutos.” Aí corrige a questão dos primeiros 15 minutos, que

são isentos. Então, a partir de 16 minutos, depois 30, 45, uma hora e assim por diante. Muito obrigado.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Agradeço ao Ver. Cassio Trogildo pela presteza em corrigir esse pequeno probleminha do projeto. No mais, gostaria de saudar a iniciativa, compreendemos a intenção do Vereador de justamente entregar à população o valor justo pelo que ela usufruiu. Creio que as frações de 15 minutos serão bem-vindas para os usuários desse tipo de serviço.

Obviamente, não posso deixar de ressaltar que a nossa Cidade tem que se preocupar com o que é mais importante, que é a saúde da população, apenas destacando o fato de que deveríamos também dedicar mais do nosso tempo a estimular outros tipos de movimentação como caminhadas, projetos ou propostas para a Cidade incentivando ainda mais a utilização de meios de transporte alternativos como a bicicleta, do qual o Ver. Marcelo Sgarbossa é um grande defensor. Caminhadas, corridas e esses aspectos mais salutares para a nossa população também merecem ser alvo ou objeto da nossa preocupação. Parabéns ao Vereador e muito obrigado pela alteração. Boa tarde a todos!
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLL nº 087/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 087/16 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 087/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade dos Vereadores Adeli Sell, Felipe Camozzato e Mendes Ribeiro.

Em votação o PLL nº 087/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos Vereadores Adeli Sell, Felipe Camozzato e Mendes Ribeiro.

O Sr. Adeli Sell: Passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Respeitosamente voto contra o PLL nº 087/16, porque é inconstitucional. Já há decisões judiciais neste sentido. Trata-se de uma invasão na área de competência federal. O tema deve ser tratado em nível de Câmara Federal. Tenho a convicção de que qualquer decisão aqui será derrubada nos Tribunais. Em defesa das questões do consumidor, quando podemos garantir o efetivo direito”.

O Sr. Felipe Camozzato: Passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Encaminhamento de voto pela reprovação do PLL nº 087/16. Competência federal e interferência na livre-iniciativa. Inconstitucionalidade formal e material declarada pelo TJRS na análise da lei anterior sobre o mesmo tema (processo nº 70041210154). Matéria também analisada pelo STF, que declarou inconstitucionais leis municipais e estaduais pelas mesmas razões”.

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Visivelmente não há quórum. Declaro encerrados os trabalhos da presente Sessão. Muito obrigado, até a próxima quarta-feira.

(Encerra-se a Sessão às 18h01min.)